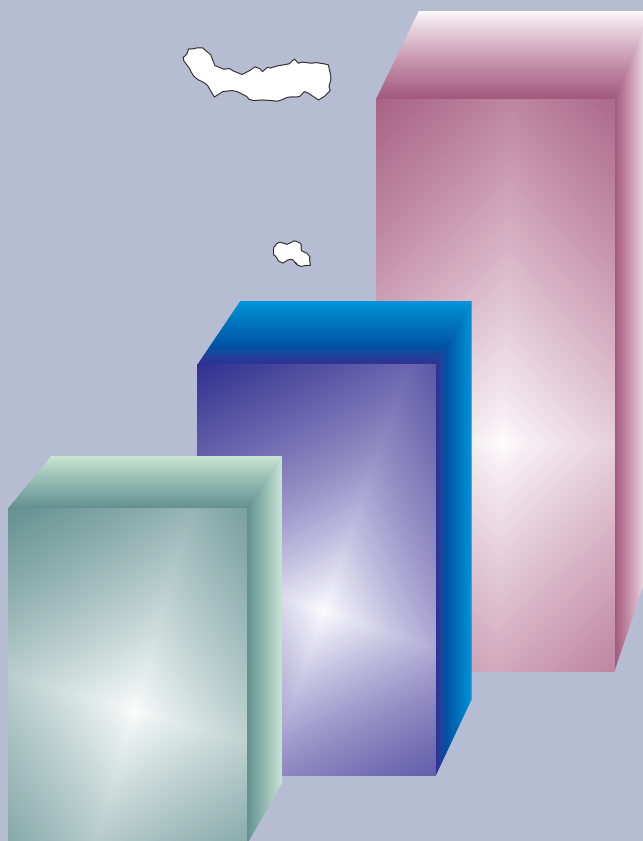
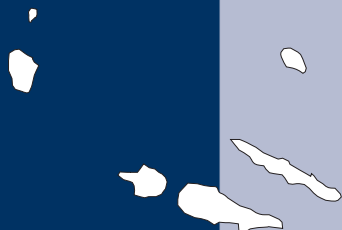




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Situação Socioeconómica 2016



dezembro

24/2017

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	3
0. Contas Regionais.....	5
1. População	9
2. Mercado de Trabalho	13
3. Preços no Consumidor	15
4. Moeda e Crédito.....	17
5. Finanças Públicas	23
6. Agricultura	27
7. Pescas.....	33
8. Energia.....	37
9. Comércio com o Estrangeiro	41
10. Turismo	45
11. Transportes	51
12. Educação	55
13. Desporto.....	59
14. Cultura	61
15. Saúde.....	65
16. Segurança Social	69
17. Sociedade da Informação	73

INTRODUÇÃO

O Presente documento visa proporcionar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e sectores tratados.

Esta publicação está disponível no site:

www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-drpfe/

DRPFE, dezembro de 2017

0. CONTAS REGIONAIS

Segundo os dados preliminares das contas regionais publicados pelo INE, em dezembro de 2017, o valor preliminar de 3 927 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2016, representou um crescimento nominal à taxa média anual de 2,5% e uma variação real de 1,6%, sendo esta última superior à registada a nível nacional.

Esta evolução anual sucede-se à de um crescimento económico na Região, que foi praticamente coincidente a nível do país, principalmente no período mais agudo do processo de ajustamento financeiro.

Globalmente, a produção económica a nível regional tem vindo a assegurar o posicionamento da Região Autónoma dos Açores no contexto do país, ao mesmo tempo que também é condicionada por dinâmicas nacionais no âmbito de economias de maior dimensão, particularmente das europeias.

É de destacar que a EU a 15 estados membros é o núcleo da União, onde estão os países mais desenvolvidos e os fundadores, sendo onde a Região regista uma aproximação aos valores médios daquele subespaço europeu.

Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	Açores	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)	PIB per capita PPC (UE15=100)
2008	3 761	15,3	90,0	68,8
2009	3 729	15,1	91,0	71,7
2010	3 836	15,5	91,3	72,1
2011	3 760	15,2	91,3	68,3
2012	3 610	14,6	91,1	66,8
2013	3 663	14,8	90,9	68,0
2014	3 706	15,0	90,2	67,8
2015	3 830	15,6	89,7	67,7
2016Pe	3 927	16,0	89,2	67,9

Pe = Resultados preliminares.

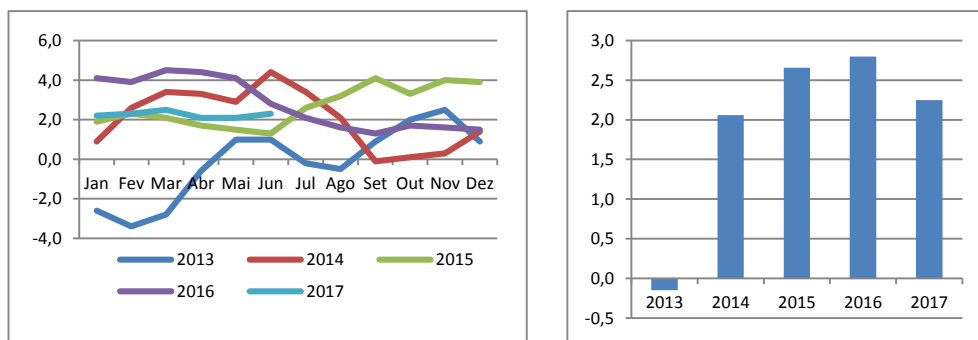
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011)

Para complemento aos valores preliminares do PIB para 2016 são editados pelo INE ao longo do ano dados do Indicador de Atividade Económica que

apontam igualmente no sentido de um crescimento global durante o ano de 2016.

Efetivamente, apesar de alguma variabilidade dos dados mensais o valor médio anual acabou por situar-se a um nível superior ao do ano anterior.

Indicador de Atividade Económica (IAE)



Ainda no âmbito de dados provisórios, o VAB regional, a preços correntes, atingiu o valor de 3 414 milhões de euros em 2016, prosseguindo numa linha de crescimento, cuja trajetória aponta no sentido da retoma económica após a declarada fase recessiva, com variações anuais negativas nos anos de 2011 e de 2012.

Para o registo de crescimento do VAB destaca-se o contributo do ramo de Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade e pelos efeitos decorrentes da sua representatividade no âmbito das atividades económicas em geral.

Os ramos de Agricultura e Pescas mais o de Indústrias, Água e Saneamento, grosso modo e em termos mais práticos, das atividades agroindustriais e transformadoras, mantiveram o seu peso no âmbito da produção na região, representando conjuntamente cerca de 18% do total do VAB em 2016, exatamente o mesmo valor do ano anterior.

O ramo da construção voltou a decrescer, porém a uma intensidade mais contida. Ao contrário, o ramo do imobiliário, que abrange aluguer, gestão e atividades de agentes para avaliação e comércio de bens imobiliários, continuou a crescer dentro de uma linha de regularidade bem definida.

VAB por Ramos de Atividades Econmicas

Preços Correntes Unid.: 10⁶ euros

	Total	Agricultura e Pesca	Industrias Agua Saneamento	Construo	Comcio Transportes Alojamento Restauraco	Informaco Comunicao	Financas Seguros	Imobiliário	Técnico Cientifico Apoio Adm.	Administraco Servicos Pb	Outros Servicos
2002	2 510,5	254,4	179,3	213,4	598,1	57,3	91,8	208,5	83,9	762,6	61,1
2003	2 607,8	256,2	190,7	203,0	630,6	60,2	104,1	226,0	91,9	784,0	61,1
2004	2 708,4	264,6	200,6	216,2	661,2	59,5	100,5	237,1	96,8	812,4	59,6
2005	2 830,4	265,7	213,3	210,6	695,0	63,3	109,6	258,6	104,8	845,6	63,9
2006	2 962,2	260,8	229,4	215,8	732,0	68,3	133,5	271,2	108,4	871,9	71,1
2007	3 124,6	239,1	253,9	239,5	762,0	71,0	140,1	292,7	116,7	927,1	82,7
2008	3 279,4	264,1	257,9	252,0	785,2	74,3	160,0	324,0	123,2	942,8	95,9
2009	3 304,7	261,8	262,3	224,5	803,8	65,9	139,5	342,0	114,9	991,3	98,7
2010	3 374,5	273,1	280,8	204,3	830,3	61,4	125,7	372,6	120,7	1 004,52	101,1
2011	3 291,7	275,0	272,8	189,5	801,8	66,9	118,2	374,1	117,7	970,8	104,9
2012	3 159,1	297,9	271,1	154,5	779,1	60,2	109,6	393,0	108,9	880,4	104,0
2013	3 221,7	299,7	291,0	131,5	782,3	54,7	87,9	419,6	111,4	937,9	105,6
2014	3 240,8	317,8	277,1	123,0	763,1	54,2	97,2	429,5	114,2	955,1	109,6
2015	3 340,0	316,4	288,9	124,5	787,5	52,8	103,2	436,5	118,7	993,1	118,3
2016Po	3 414,1	297,2	305,8	123,8	822,2	52,6	100,0	448,1	125,5	1 017,2	120,8

Po: Dados Provisórios.

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Os dados disponíveis sobre FBCF, que ainda não incluem valores para o ano de 2016, traduzem-se em 542,7 milhões de euros durante o ano de 2015. Este valor integra-se numa fase de retoma de investimento nos Açores.

Este tipo de variao global de atividade condensa os efeitos das atividades dos ramos mais representativos em termos de volumes de investimento, quer em atividades de explorao, quer noutras mais associadas a infraestruturas.

Entretanto, assinala-se, os investimentos nos ramos correspondentes aos sectores primários, de transformao e de construo que registaram acréscimos significativos.

FBCF – Formao Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

	Total	Agricultura e Pesca	Industrias gua Saneamento	Construo	Comércio Transportes Alojamento Restauraco	Informaco Comunicao	Finanas Seguros	Imobilirio	Técnico Cientifico Apoio Adm.	Adminis-trao Serviços Pb	Outros Serviços
2002	995,3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2003	1 123,1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2004	979,2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2005	1 242,3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2006	850,5	17,9	116,3	34,6	253,1	24,7	33,3	139,9	29,4	193,1	8,2
2007	1 055,8	33,7	116,2	52,4	415,8	27,9	19,7	150,8	46,2	180,2	13,0
2008	1 027,5	20,2	119,4	28,4	373,1	52,3	31,0	128,6	23,2	230,6	20,9
2009	968,3	25,1	176,6	19,0	184,3	49,3	20,3	124,5	73,2	279,6	16,3
2010	868,6	39,9	145,6	16,1	200,9	50,3	11,1	98,4	74,1	220,8	11,5
2011	689,6	40,3	107,5	8,1	154,3	35,9	6,9	112,4	29,3	180,5	14,5
2012	634,3	36,2	109,9	17,1	141,9	29,7	4,3	82,5	13,1	193,4	6,3
2013	541,1	33,7	56,1	10,4	106,1	28,1	6,4	73,0	16,7	204,7	5,9
2014	494,2	40,3	70,0	12,1	86,4	30,6	0,8	80,8	26,7	128,0	18,3
2015	512,8	46,3	74,0	18,5	117,5	27,1	-1,5	77,8	43,3	121,6	18,1

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

O Rendimento Primário obtido através da participao dos agentes econmicos no processo produtivo cifrou-se em 2 786,1 milhões de euros no ano de 2014, sendo a sua principal componente, a de remunerao dos empregados, significativamente mais representativa do que a originada em excedentes de explorao.

Considerando as operações sobre o Rendimento Primário, líquidas de impostos, contribuices, prestações sociais e transferências, obtm-se um Rendimento Disponível de 2 790,7 milhões de euros naquele mesmo ano.

Rendimentos

Unidade: Milhões de euros

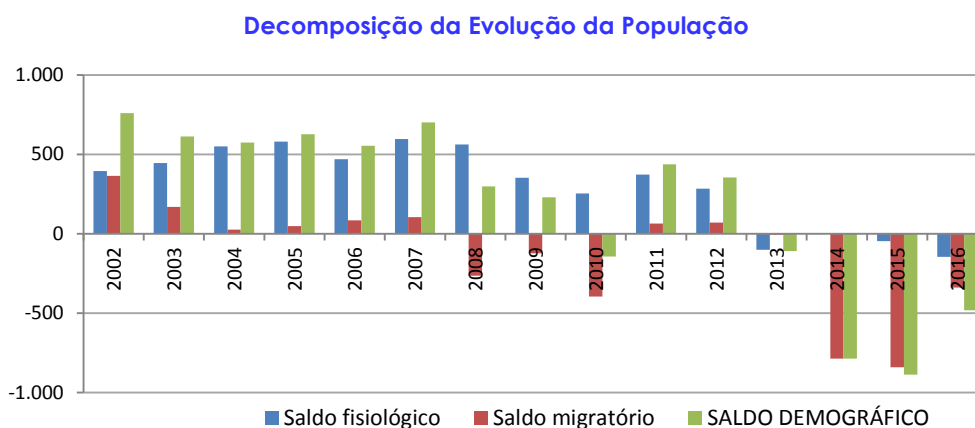
	Rendimento Primário Bruto	Rendimento Disponível Bruto
2002	2 215,4	2 213,4
2003	2 271,9	2 260,8
2004	2 424,3	2 396,3
2005	2 564,4	2 555,7
2006	2 717,2	2 731,7
2007	2 776,3	2 810,7
2008	2 950,6	2 991,9
2009	2 944,4	2 990,6
2010	2 961,3	3 023,3
2011	2 862,1	2 942,3
2012	2 724,7	2 774,5
2013	2 774,5	2 776,9
2014	2 786,1	2 790,7
2015	2 855,0	2 905,0

Fontes: INE. Contas Regionais (base 2011).

1. POPULAÇÃO

Em 2016, a população residente na Região Autónoma dos Açores terá correspondido a um total de 245 283 pessoas, conforme estimativa editada pelo INE.

Este total representa um decréscimo de 0,2% em relação ao ano anterior e resulta de saldos demográficos (fisiológico e migratório) negativos, conforme é possível observar no gráfico abaixo sobre decomposição da evolução da população.

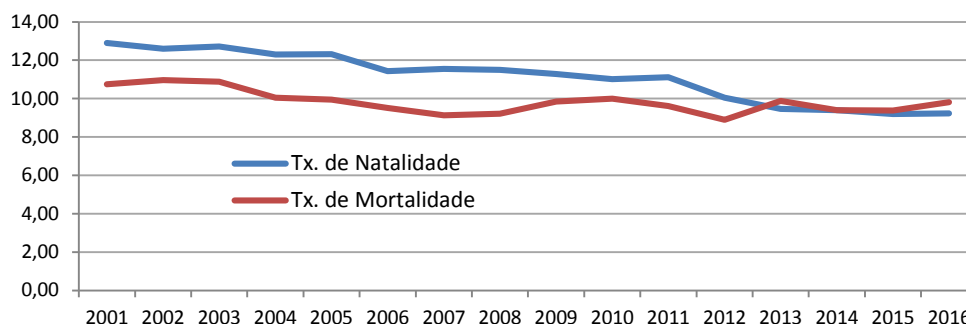


Efetivamente, os dados apurados para os movimentos fisiológicos (nascimentos e mortes) e os deduzidos para migrações voltaram a traduzir-se em saldos negativos. Entretanto, assinala-se, as suas variações foram menos acentuadas do que nos dois anos anteriores.

Os movimentos migratórios poderão refletir fatores sociais com alguma proximidade a condições de conjuntura, nomeadamente do mercado de trabalho.

Já os movimentos fisiológicos revelam uma certa tendência, com a natalidade a decrescer e a reduzir a sua margem face aos níveis de mortalidade, dando origem a saldos com registos negativos em anos mais recentes.

Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos



Esta tendência de redução da natalidade tem vindo a aproximar-se, mas ainda não chegou a descer ao nível observado no contexto do país.

Efetivamente, em 2016, as taxas brutas de natalidade nos Açores e no país foram de 9,2 ‰ e 8,3 ‰, respetivamente.

Mortalidade e Natalidade

	‰	
	Açores	Portugal
Tx. bruta de mortalidade	9,8	10,7
Tx. bruta de natalidade	9,2	8,4

Fonte: INE, SREA.

A mortalidade infantil traduziu-se numa taxa de 1,8 ‰ em 2016.

Este valor médio global resultou das componentes neonatal e pós-neonatal em partes iguais. De facto, qualquer uma destas componentes registou uma taxa de 0,9 ‰, naquele mesmo ano.

Mortalidade Infantil

	‰		
	2014	2015	2016
Tx. de mortalidade infantil.....	3,5	4,4	1,8
Tx. neonatal	2,2	2,7	0,9
Tx pós-neonatal.....	1,3	1,7	0,9

Fonte: INE, SREA.

A estrutura etária da população volta a mostrar uma redução de representatividade do grupo de população jovem face aos outros dois

grandes grupos etários de residentes na Região Autónoma dos Açores, particularmente face ao da populao em idade de reforma.

Estrutura Etária da Populao

	%								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Populao com menos 15 anos	18,8	18,6	18,3	17,9	17,5	17,2	16,8	16,4	16,2
Populao dos 15-64 anos	68,8	69,1	69,2	69,2	69,5	69,8	69,9	70,0	70,0
Populao com mais de 64 anos	12,4	12,3	12,5	12,9	13,0	13,0	13,2	13,5	13,8

Fonte: INE.

Durante o ano de 2016 realizaram-se 922 casamentos, o que representa um novo acréscimo em relao ao ano anterior. Esta evoluo evidencia-se em relao ao registado em anos anteriores, nomeadamente entre 2011 e 2014 com uma sucessão de decréscimos.

Dados sobre o número de divórcios e de separaoes continuam a não estar disponíveis.

Nupcialidade

	Unid.: N								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Casamentos	1 345	1 207	1 214	1 023	944	855	803	903	922
Divórcios	771	787	743	768	728	685	n.d.	n.d.	n.d.
Separaoes	7	8	3	9	6	7	n.d.	n.d.	n.d.

nd : não disponível.

Fonte: SREA.

2. MERCADO DE TRABALHO

Emprego

O total de 107.345 pessoas empregadas integra um acréscimo de 630 elementos ao longo do ano de 2016, representando uma taxa média de 0,6% em relação ao ano anterior.

Esta evolução contribuiu para a dimensão global do nível de atividade, mas foi mais expressiva em termos da atividade feminina. De facto, a taxa de atividade feminina de 44,2% em 2016 insere-se na lógica de progressão que vem registando, enquanto a taxa global de atividade basicamente se mantém na ordem de grandeza de 49% que, também, vem registando nos últimos anos.

O total de 13 452 desempregados corresponde à diminuição de 2 148 elementos, representando-se numa taxa média anual de desemprego menor do que a do ano anterior.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Indivíduos					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
População total	246 095	249 463	246 352	247 535	247 358	244 785
População Ativa	120 591	120 640	119 838	121 583	122 315	120 797
Empregada.....	106 743	102 221	99 459	101 768	106 715	107 345
Desempregada.....	13 848	18 419	20 380	19 815	15 600	13 452
Tx. de Atividade (%).....	49,0	48,9	48,6	49,1	49,4	49,3
Tx. de Atividade Feminina (%).	41,1	40,5	41,6	43,1	43,4	44,2
Tx. de Desemprego (%).....	11,5	15,3	17,0	16,3	12,8	11,1

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A evolução da população empregada ocorreu no âmbito do crescimento no sector terciário e em contraposição ao sector primário.

O sector primário passou a representar apenas 9,6% do total do emprego, correspondendo a um volume na casa de 10 mil indivíduos.

O sector secundário continuou a situar-se ao nível de 15% do emprego total, correspondendo a um volume na casa de 16 mil indivíduos.

O sector terciário atingiu uma representatividade de cerca de 75% do total, voltando a incorporar a evolução de serviços com crescimento moderado e regular, mas beneficiando principalmente de impulsos em atividades de ordem mais comercial.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

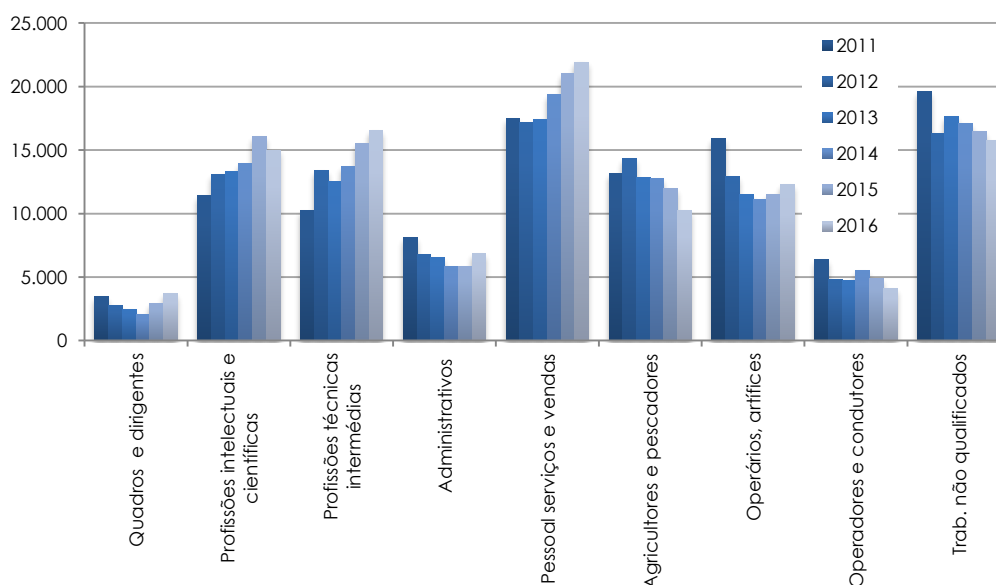
	%					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Sector Primário	12,7	14,3	12,9	12,7	11,4	9,6
Sector Secundário	19,9	15,9	14,5	15,5	15,5	15,3
Sector Terciário.....	67,4	69,8	72,6	71,8	73,1	75,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Em termos de população ativa empregada segundo a profissão observa-se algum paralelismo com a descrição segundo os sectores feita anteriormente.

Crescimentos em atividades do terciário, como as de pessoal de serviços e vendas, reduções em atividades do primário, como as de profissões de agricultores e pescadores, enquanto em atividades do secundário se verificou maior equilíbrio entre variações de diversas categorias, como decréscimos em trabalhadores não qualificados e, por outro lado, sinais de acréscimos em operários e artífices.

População Ativa Empregada, por Profissão



3. PREÇOS NO CONSUMIDOR

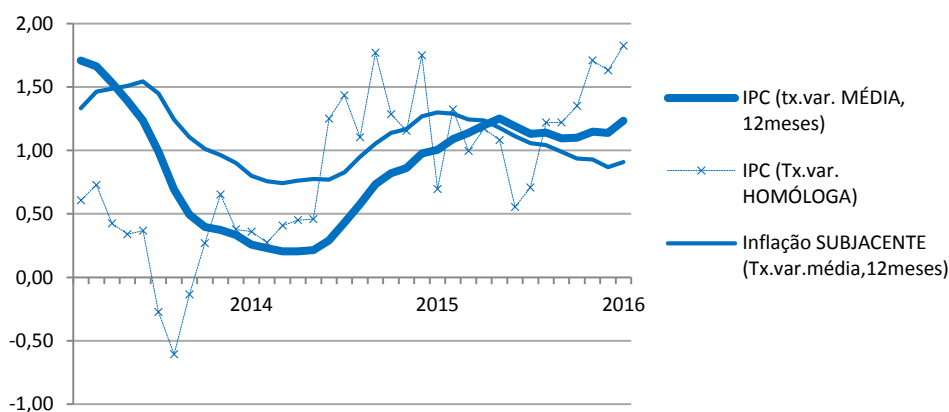
A variao de preços no consumidor,  taxa média anual de 1,2% em 2016, representa uma certa acelerao em relao ao ano anterior, que se situou em 1,0%.

A variao mensal em dezembro de 2016  taxa de 1,8%, também representa uma acelerao face ao mês homólogo do ano anterior, que registou a taxa mensal de 0,7%.

Sendo assim, a evoluo dos preços no consumidor em 2016 registou um crescimento com amplitude ainda moderada, mas integrando-se na linha de inversão de tendência já indiciado no ano anterior.

O indicador de inflao subjacente, excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, deixou de revelar o efeito de reduo do nível geral de preços que vinha evidenciando antes de 2016.

Evoluo intra-anual do IPC, base 2012
(taxas de variao homólogas)



Na distribuo segundo as classes de despesas, a de Bebidas Alcoólicas e Tabaco registou a maior variao de preços, de 4,4%. Todavia, o seu contributo para a evoluo geral foi de apenas 0,2%, enquanto a classe de Alimentares e Bebidas não Alcoólicas atingiu um contributo de 0,5% devido  elevada ponderao (27,6%) no cabaz de compras que serve de base ao cálculo do ndice de preços no consumidor.

Já a classe de Vestuário e Calçado exerceu o maior efeito moderador para a evoluo geral dos preços, não só por via da variao de preços, como pela contribuio decorrente da ponderao que ocupa no cabaz de compras.

Variao e Contribuio por Classes de Despesa, em 2016

Unidade: %

Classes	Variao de preços	Ponde-radores (peso)	Contribuio
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	1,7	27,6	0,5
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	4,4	5,2	0,2
3. Vestuário e Calçado.....	-2,3	6,1	-0,1
4. Habitao., gua, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis..	1,2	8,4	0,1
5. Acessórios, Equip. Domst. e Manut. Corrente da Habitao	2,0	5,9	0,1
6. Saúde.....	0,4	8,6	0,0
7. Transportes	-1,1	13,7	-0,1
8. Comunicaoes	2,9	4,7	0,1
9. Lazer, Recreao e Cultura.....	2,4	4,5	0,1
10. Educao	1,3	0,9	0,0
11. Hotis, Cafs e Restaurantes	1,5	6,3	0,1
12. Bens e Serviços Diversos.....	2,0	8,1	0,2
Total	1,2	100,0	1,2

Fonte: SREA.

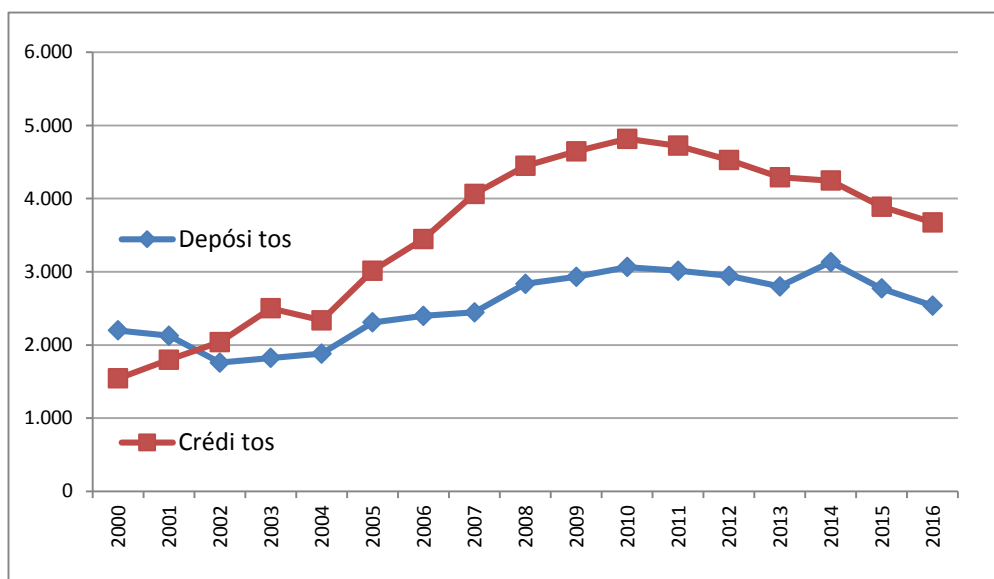
4. MOEDA E CRÉDITO

No final do ano de 2016, o volume de créditos concedidos pelas redes bancárias na Região Autónoma dos Açores correspondia a 3 675 milhões de euros na forma de empréstimos aos diversos agentes econmicos. O valor destes empréstimos continuou a integrar-se na trajetória que se vem registando nos últimos anos.

Por outro lado, o total de poupanças captadas pelas mesmas redes bancárias traduziu-se em 2 538 milhões de euros de depósitos que, por sua vez, também registaram uma variao anual próxima da respetiva linha de tendência dos últimos anos.

Depósitos e Créditos

(milhões de euros)



Contudo, apesar dos sentidos idênticos nas variaes anuais das duas grandes categorias de explorao da atividade bancária, as diferenças de ritmo voltaram a repercutir-se na intensidade da relao entre depósitos captados e empréstimos concedidos.

Efetivamente, o grau de transformao de poupança em aplicaes de investimento, medido pelo rácio créditos/depósitos, atingiu 144,8% em 2016, enquanto no ano anterior se situara em 140,3%.

Depósitos e Créditos Bancários

10⁶ Euros

Evoluções	Depósitos	Créditos ¹⁾	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2011	3 015	4 728	156,7
2012	2 945	4 527	153,7
2013	2 799	4 291	153,3
2014	3 133	4 245	135,5
2015	2 771	3 889	140,3
2016	2 538	3 675	144,8
Relativa Nominal (Δ %)			
2010	+4,6	+3,7	
2011	-1,6	-1,9	
2012	-2,3	-4,1	
2013	-5,0	-5,2	
2014	+11,9	-1,1	
2015	-11,6	-8,4	
2016	-8,4	-5,5	

1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt.

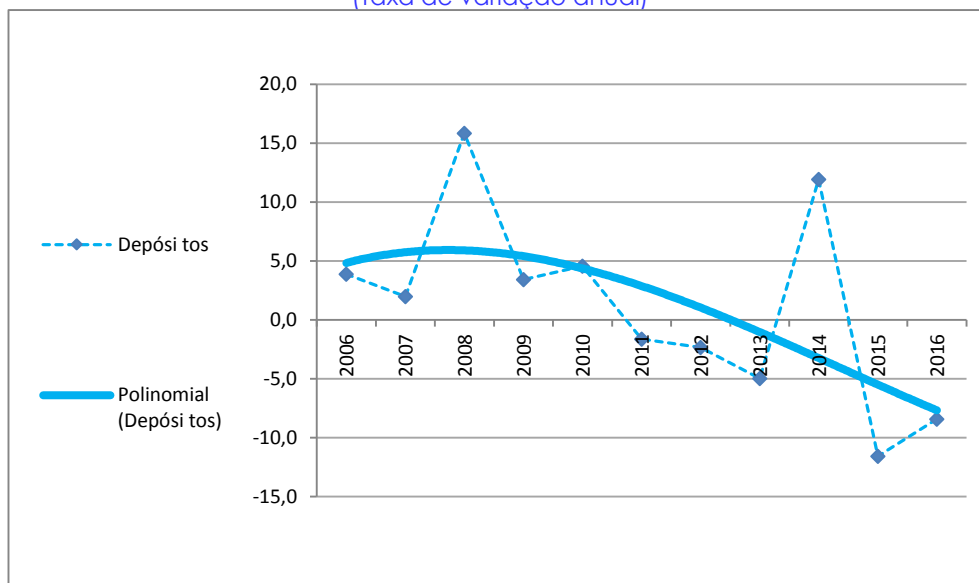
Depósitos

A variação média de depósitos durante o ano de 2016, que se traduziu numa taxa de -8,4%, traduz uma desaceleração em relação à taxa de -11,6% do ano anterior, mas não indicia sinal de mudança com efeito significativo em termos da evolução tendencial dos últimos anos.

Com esta evolução, o volume de depósitos captados terminou o ano de 2016 representando uma quota de 1,2% do total no conjunto do país, enquanto no ano anterior representara 1,3%

Depósitos

(Taxa de variação anual)



Os depósitos de residentes no país continuam, compreensivelmente, a representar a principal fonte de poupanças captadas pelos bancos, situando-se numa ordem de grandeza de 80% do total e, consequentemente condicionando de forma decisiva a evolução global.

Todavia, assinala-se o contributo dos depósitos de emigrantes com cerca de 6% do total em 2016, que ainda fica aquém da quota superior a 10% nos anos anteriores ao ano de 2008, mas é superior ao mínimo de 3,4% registado em 2013 e, também, em 2014.

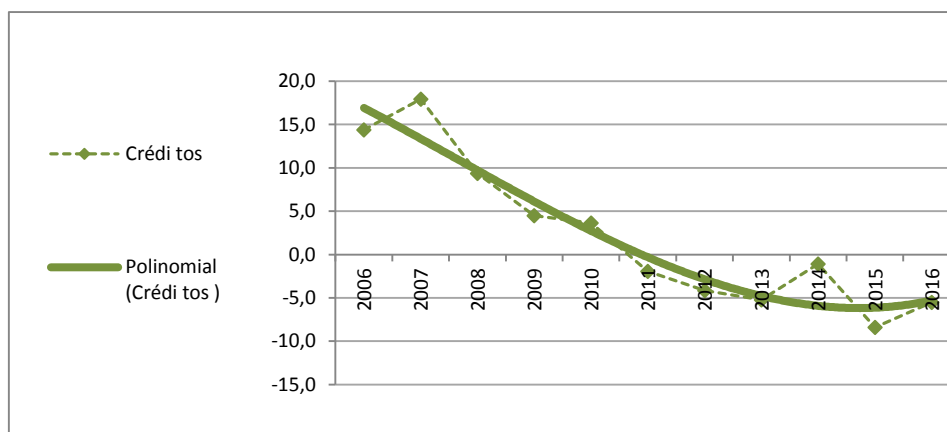
Créditos/Empréstimos

A variação média de empréstimos durante o ano de 2016, que se traduziu numa taxa de -5,5%, parece corresponder a uma certa estabilização na tendência que vinha revelando e, eventualmente, começar uma correção de trajetória, no sentido de reequilíbrio.

Esta variação anual de empréstimos é comparável à registada no âmbito da economia portuguesa no seu conjunto, mantendo nesse contexto uma representatividade com a mesma dimensão, isto é, de 1,9% do total.

Créditos

Taxa de variação anual



A distribuição dos empréstimos concedidos segundo os agentes económicos mostra que o crédito à habitação revela maior estabilidade estrutural, continuando a manter uma quota de cerca de metade do volume total.

Os empréstimos a sociedades não-financeiras (empresas de comércio e de indústria) situam-se numa ordem de grandeza de cerca de 1/3 do total.

Os empréstimos para consumo, por sua vez, têm-se situado em quotas que variam entre cerca de 14% e 18% do total.

Estas duas últimas componentes de empréstimos, às empresas e às famílias para consumo, continuam a revelar compreensivelmente, maiores sensibilidades a variações de conjuntura.

Distribuição territorial

Em termos de evolução média, o desempenho da atividade bancária mantém indicadores que apontam no sentido contenção com certos indícios de alguma estabilização.

A rede bancária continua a proceder a ajustamentos operacionais ao mesmo tempo que revela oferta assinalável.

Rede e Cobertura Bancária em 2016

	Unidades	Açores	País	Açores/País (%)
Depósitos.....	10 ⁶ Euros	2 538	206 682	1,2
Créditos	10 ⁶ Euros	3 875	193 031	1,9
Balcões	Nº	128	4 454	2,9

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução Geral

O montante de despesa de 1 180,7 milhões de euros da Região autónoma dos Açores, em 2016, representa um acréscimo nominal de 12,8% em relação ao ano anterior.

No âmbito do financiamento daquele montante de despesa, as receitas fiscais continuaram a representar a componente mais significativa.

Em termos de estrutura regista-se uma diminuição do peso relativo das despesas correntes, por contrapartida de acréscimos de despesas de capital. As despesas do Plano continuam dentro de uma banda próxima de cerca de 1/3 do total da despesa pública.

A componente de transferências manteve uma representatividade estruturalmente próxima do padrão dos últimos anos, isto é, à volta de 30% do total.

Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)					Estrutura %				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS	1 028,8	1.127,8	990,3	1 047,1	1 180,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Despesas Correntes.....	575,5	674,6	652,8	664,6	672,8	55,9	59,8	65,9	63,5	57,0
Despesas de Capital...	128,0	80,6	19,8	19,7	139,6	12,4	7,1	2,0	1,9	11,8
Despesas do Plano	325,3	372,6	317,7	362,8	368,3	31,6	33,1	32,1	34,6	31,2
RECEITAS (Corr.+Capital)	1 029,5	1.127,8	990,3	1 047,1	1 180,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas fiscais *.....	438,1	562,3	625,6	638,0	631,5	42,6	49,8	63,2	60,9	53,5
Transferências.....	444,7	445,7	308,8	330,8	350,9	43,2	39,5	31,2	31,6	29,7
Empréstimos.....	142,0	111,4	49,0	69,0	188,5	13,7	9,9	4,9	6,6	16,0
Outras	4,7	8,4	6,9	9,3	9,8	0,5	0,8	0,7	0,9	0,8

*Impostos mais taxas, incluindo contribuições para a Segurança Social.

Fonte: Conta da R. A. A., DROT.

Despesas

O crescimento do agregado de despesas à taxa média anual de 12,8%, decorreu sobretudo do valor registado nas Despesas de Capital, através de amortizaes de passivos financeiros, que atingiram 138,9 milhões de euros em 2016, enquanto no ano anterior tinham sido de 19,1 milhões de euros.

As Despesas Correntes prosseguiram a um ritmo moderado, que se traduziu numa taxa média anual de 1,2%.

Já a evoluo das Despesas do Plano correspondeu a um crescimento à taxa média anual de 1,5%.

Somando ao valor destas despesas (correntes, capital e plano), o valor de operaes extraoramentais de 206,2 milhões de euros, obtém-se o total contabilístico de 1 386,8 milhões de euros.

Despesas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Despesas	2014	2015	2016
Despesas Correntes	652 785	664 570	672 836
Despesas com Pessoal	303 731	304 750	311 786
Aquisio de bens e Serviços correntes.....	13 419	13 593	13 197
Encargos correntes da dvida (juros e outros)	15 651	14 087	14 670
Transferências correntes.....	309 031	321 120	321 735
Subsídios.....	0	0	0
Outras despesas correntes	10 953	11 020	11 448
Despesas de Capital	19 785	19 661	139 616
Aquisio de bens de capital.....	260	358	295
Ativos financeiros.....	0	0	0
Passivos financeiros (amortizaes)	19 143	19 143	138 943
Transferências de capital.....	0	0	0
Outras despesas de capital.....	382	160	378
Despesas do Plano	317 772	362 792	368 177
Sub-total	990 342	1 047 023	1 180 629
Contas de Ordem / Operaes extraoramentais	205 084	227 114	206 182
Total	1 195 426	1 274 137	1 386 811

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Receitas

No caso das receitas fiscais, se a arrecadação de impostos diretos foi inferior à do respetivo ano anterior. Em contrapartida a arrecadação de impostos indiretos registou crescimentos significativos, atingindo no IVA, no tabaco e nas petrolíferas taxas médias anuais de 5,7%, de 6,1% e de 11,5%, respetivamente. A componente empréstimos veio a complementar as necessidades de financiamento. Também se observaram variações significativas na composição de algumas rubricas das outras grandes componentes de financiamento.

As transferências correntes mantiveram o valor nominal de 179 milhões de euros e as transferências de capital incorporaram um acréscimo de 20 milhões de euros.

Receitas – Conta da RAA

Milhares de Euros

Receitas	2014	2015	2016
Receitas Correntes.....	810 352	823 478	818 481
Impostos diretos.....	227 361	224 902	191 425
Impostos indiretos.....	381 953	395 147	420 764
Contribuições Segurança Social.....	9 129	10 056	11 215
Taxas, multas, outras penalidades.....	7 175	7 912	8 078
Rendimentos de propriedade.....	3 423	4 280	4 347
Transferências.....	179 599	179 259	179 915
Outras receitas.....	1 712	1 922	2 737
Receitas de Capital.....	178 650	221 671	360 956
Venda de bens de investimento.....	106	507	1 096
Transferências.....	129 206	151 534	171 043
Ativos financeiros.....	233	206	127
Passivos financeiros.....	49 000	69 000	188 500
Outras receitas de capital.....	105	424	190
Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos.....	1 316	2 017	1 152
Saldo da gerência anterior.....	38	15	164
Sub-total.....	990 356	1 047 181	1 180 753
Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais .	202 156	226 849	206 083
Total da Receita.....	1 192 512	1 274 030	1 386 836

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Saldos

Nas operações correntes do ano de 2016, totalizando as receitas 818,4 milhes de euros e as despesas 672,8 milhes de euros, gerou-se um saldo de 145,6 milhes de euros.

J o saldo de operaes de capital, onde também se incluem as operaes classificadas como investimentos do plano, traduziu-se num resultado de -145,5 milhes de euros.

Desta forma deduz-se um saldo global de 0,1 milhes de euros que sendo agregados aos 14,6 milhes de euros de juros e encargos do servio da dvida, implicam um saldo primário positivo de 14,7 milhes de euros.

Saldos – Conta da RAA

	Milhes de Euros			
	2013	2014	2015	2016
Saldo Corrente	105,6	157,6	158,9	145,6
Saldo de Capital	-105,6	-157,6	-158,8	-145,5
Saldo Global.....	0,0	0,0	0,1	0,1
Saldo Primário	15,1	15,6	14,2	14,7

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Dvida Pública Direta

A Dvida Pública Direta da Região Autónoma dos Açores cifrou-se em 573,0 milhões de euros em 2016.

No mesmo ano, o serviço da dvida no montante de 153,6 milhões de euros decorreu de 14,7 milhões de euros de juros e outros encargos, que se mantiveram dentro da mesma ordem de grandeza, e de 138,9 milhões de euros de amortizações que atingiram um nível nitidamente mais expressivo do que os observados nos últimos anos.

Dvida Pública Regional

	Mil Euros			
	2013	2014	2015	2016
Dvida Pública Direta	443 730	473 587	558 444	578 001
Serviço da Dvida.....	45 115	34 794	33 230	153 613
Juros e outros encargos.....	15 135	15 651	14 087	14 670
Amortizações.....	29 980	19 143	19 143	138 943

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

6. AGRICULTURA

Durante o ano de 2016, a produção da cultura permanente de chá voltou a destacar-se por um crescimento de produtividade, tendo atingido 161 toneladas face a 157 no ano anterior e sempre na mesma superfície de 37 hectares.

A batata doce tem crescido em área cultivada, mas sem efeito de regularidade no produto final com a mesma proporção. Já a batata comum continuou a apresentar resultados mais conseguidos gerando um acréscimo de produto final significativamente superior ao da respetiva superfície utilizada.

A cultura temporária mais associável à alimentação para a pecuária no âmbito do sistema de produção agroindustrial, a do milho forrageiro, revelou uma redução na superfície cultivada e, também, na respetiva produção, interrompendo os acréscimos anuais que se vinham registando.

Produção das Principais Culturas, R.A.A.

	Superfície (ha)				Produção (ton)			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Batata	601	599	593	596	9 896	11 142	11 778	14 731
Batata-doce	57	60	62	65	1 129	1 178	1 125	1 227
Beterraba Sacarina	382	354	100	97	9 891	13 320	5 761	5 132
Milho Grão	238	238	242	211	422	446	424	417
Milho forrageiro	9 161	9 342	11 202	10 550	225 648	270 775	333 300	319 827
Tabaco	32	44	60	60	77	108	141	146
Chá	37	37	37	37	95	120	157	161

Fonte: INE.

Na produção de vinhos da Região Autónoma dos Açores, a componente de tintos continua como a mais extensa, correspondendo a cerca de 4/5 do total de 5 843 hectolitros produzidos em 2016.

Os vinhos brancos caracterizam-se por abranger diversas produções de castas reconhecidas e classificadas, como o caso de DOP – Denominação de Origem Protegida.

Produção de vinhos, R.A.A. - 2016

Unidade: hl

	Branco	Tinto*	Total
Licoroso com DOP	16	0	16
DOP - Denominação de Origem Protegida.....	797	0	797
IGP - Identificação Geográfica Protegida.....	169	639	808
Com Indicação de Casta	0	0	0
Sem Indicação de Casta	133	4 089	4 222
Total.....	1 115	4 728	5 843

* Pode incluir vinhos tipo rosado.

Fonte: INE.

O leite recebido nas fábricas durante o ano de 2016 registou uma ligeira variação em relação ao ano anterior, (-1,1%), não se afastando significativamente do nível de produção atual, que se situa num patamar  volta de 600 milhões de litros.

Depois do tratamento e transformação, foram colocados no mercado leites para consumo e outros produtos lácteos nos volumes de 136 milhões de litros e de 58 466 toneladas, respetivamente.

Assinala-se, o acréscimo de comercialização de queijo (+6,3%) como fator de valorização da matéria prima face a outras opções menos rentáveis como a de leite em p que, de facto, decresceu 14,1% no mesmo ano.

Produção e Transformação de Leite

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.).....	515 728	540 199	535 417	547 576	565 951	536 074	579 155	610 097	603 049,9
Leite p/consumo (1000 lt) ..	84 069	99 410	99 105	114 240	118 128	123 938	128 596	142 952	135 991
Produtos lácteos (ton.s).....	53 416	53 991	53 827	53 816	56 218	51 735	56 408	58 935	58 466
Manteiga	8 300	8 636	8 070	8 764	9 869	8 835	10 023	11 509	11 854
Queijo.....	29105	28 948	28 354	28 958	30 292	28 256	29 621	28 152	29 936
Leite em P.....	15692	16 102	17 067	15 789	15 687	14 273	16 389	18 886	16 215
logurtes.....	316	305	336	306	371	371	375	387	461

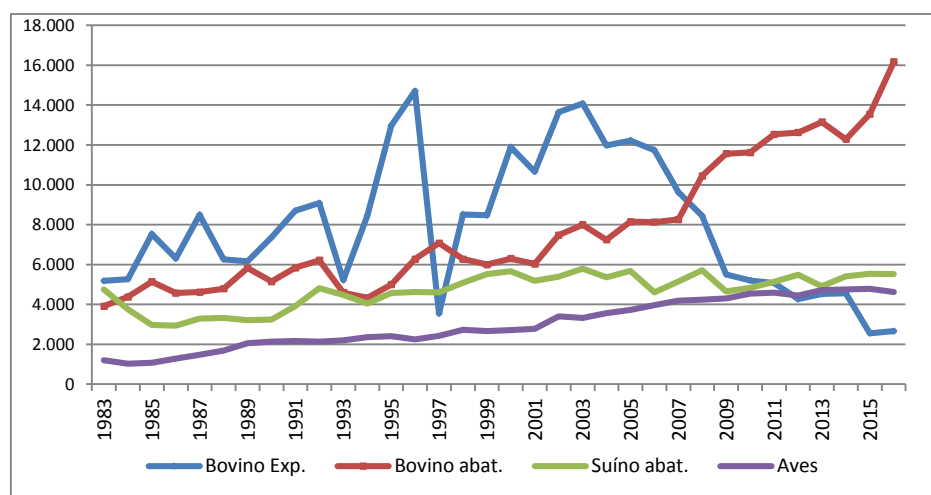
Fonte: SREA.

A produo de carne totalizou cerca de 29 mil toneladas em 2016, o que representa um acréscimo de 9,7% em relao ao ano anterior.

Para a evoluo contribuiu o acréscimo de carne de bovino abatido na rede regional, que se vem destacando desde o ano de 2008, ao mesmo tempo que o volume de carne de bovinos vivos exportados tem vindo a caminhar para valores residuais.

As carnes de suínos e de aves apresentam pequenas variaes dentro dos seus patamares de produo à volta de 5 mil toneladas.

Produo de Carne



As 11 825 exploraes agrícolas, contabilizadas pela IEEA – Inquérito à Estrutura das Exploraes Agrícolas do INE no ano de 2013, ocupavam uma superfície agrícola útil – SAU de 118 589 hectares.

Com estes dados obtm-se uma superfície média por explorao de 10,0 hectares, situando-se a um nível superior ao de outras terras de minifúndio, mas sem atingir os 13,8 hectares do conjunto do país.

No que respeita à produo das mesmas exploraes o inquérito estimou um Valor de Produo Padrão Total de 419 382 mil euros. Com este valor monetário, estimado em funo de preços de venda à porta das exploraes, calcula-se um rácio por explorao de 35,5 milhares de euros, que é significativamente superior ao de 17,1 para o conjunto do país.

Desta forma verifica-se que a dimensão relativamente reduzida quando medida em termos físicos (ha) não impede uma DE – Dimensão Econmica significativa no contexto de Portugal.

Dimensão das Exploraes

Classes	Exploraes (n)	SAU (ha)	SAU média por explorao (ha/expl.)	VPPT (10 ³ euros)	DE (10 ³ euros/expl.)
Portugal	264 419	3 641 592	13,8	4 522 865	17,1
Continente	240 527	3 517 740	14,6	4 017 734	16,7
Norte	98 824	646 610	6,5	927 510	9,4
Centro	86 291	558 021	6,5	1 212 801	14,1
Lisboa	6 128	74 366	12,1	307 504	50,2
Alentejo	37 727	2 146 508	56,9	1 436 362	38,1
Algarve	11 557	92 234	8,0	133 556	11,6
Açores	11 825	118 589	10,0	419 382	35,5
Madeira	12 068	5 262	0,4	85 749	7,1

Fonte: INE, Inquérito  Estrutura das Exploraes Agrícolas.

Do total de 11 825 exploraes agrícolas, 6 878 especializaram-se na bovinicultura fazendo o maneio de 257 milhares de cabeças de gado. Assim obtm-se uma média de 37,4 cabeças de gado por explorao, enquanto o encabeçamento medido pelo mesmo rácio a nível do país corresponde a 34,5 animais.

As 4 948 exploraes que utilizam trator correspondem a 41,8% do total.

Indicadores das Exploraes

Classes	Bovinicultura			Exploraes que utilizam trator (n)
	Exploraes (n)	Cabeças (10 ³ n)	Encabeamento (n cab./expl.)	
Portugal	40 733	1 407	34,5	212 549
Norte	19 195	323	16,8	86 381
Centro	8 413	169	20,1	77 212
Lisboa	479	36	75,2	5 191
Alentejo	4 414	607	137,5	29 630
Algarve	319	11	34,0	8 779
Açores	6 878	257	37,4	4 948
Madeira	1 035	5	4,4	410

Fonte: INE, Inquérito  Estrutura das Exploraes Agrícolas.

Dos cerca de 35 milhares de pessoas da população agrícola familiar, há 3,5 milhares a trabalhar a tempo completo, 18,4 milhares a tempo parcial e, ainda, 12,7 milhares sem atividade.

O volume total de população agrícola tem vindo a diminuir, envolvendo mesmo os que trabalham a tempo inteiro. O decréscimo destes últimos no período de apuramento de dados, entre 2009 e 2013, atingiu cerca de 14%.

Apesar da redução significativa, em 2013 a população agrícola nos Açores representava 14,0% da população residente, enquanto no país representava 6,5%.

O trabalho agrícola baseia-se em estruturas agrícolas familiares que utilizam trabalhadores permanentes assalariados de forma mais restrita e complementar. Nos Açores foram contabilizados 1 932 assalariados, enquanto familiares a tempo inteiro correspondiam a 3 536 indivíduos.

População e mão-de-obra

NUTS II	Estimativas da população residente (2013) (nº)	População agrícola familiar				Trabalhadores permanentes assalariados (nº ind.)
		Total (nº)	Sem atividade (nº)	Tempo parcial (nº)	Tempo completo (nº)	
Portugal	10 427 301	674 573	108 742	487 761	78 069	60 562
Continente	9 918 548	604 926	86 691	446 753	71 483	57 217
Norte	3 644 195	263 070	37 055	188 615	37 400	19 016
Centro	2 281 164	222 772	25 683	175 061	22 029	12 458
Lisboa	2 807 525	14 886	3 366	9 284	2 236	4 082
Alentejo	743 306	79 739	17 340	54 698	7 701	18 516
Algarve	442 358	24 460	3 247	19 095	2 117	3 145
Açores	247 440	34 670	12 720	18 414	3 536	1 932
Madeira	261 313	34 977	9 331	22 595	3 051	1 413

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

Os indicadores laborais mostram que as explorações agrícolas nos Açores têm uma dimensão mínima de 0,9 Unidades de Trabalho Ano (UTA) e, ao mesmo tempo, revelam níveis de eficiência significativos, seja em relação à superfície agrícola utilizada (SAU), com 9,4 UTA/SAU, seja em relação a cabeças normais de bovinos, com 5,5 UTA/CN.

Em termos de produtividade o rácio de 37,4 mil euros por UTA situa-se ao nível máximo das regiões NUTS II de Portugal.

Indicadores Laborais

	UTA	UTA média por exploração (UTA/expl.)	VPPT médio por UTA (10 ³ euros/UTA)	UTA média por SAU (UTA/100 ha)	UTA média por CN (UTA/100 CN)
Portugal	328 658	1,2	13,8	9,0	16,1
Norte	137 402	1,4	6,8	21,2	39,1
Centro	97 280	1,1	12,5	17,4	17,0
Lisboa	11 107	1,8	27,7	14,9	16,9
Alentejo	47 087	1,2	30,5	2,2	5,8
Algarve	11 801	1,0	11,3	12,8	61,6
Açores	11 206	0,9	37,4	9,4	5,5
Madeira	12 775	1,1	6,7	242,8	136,4

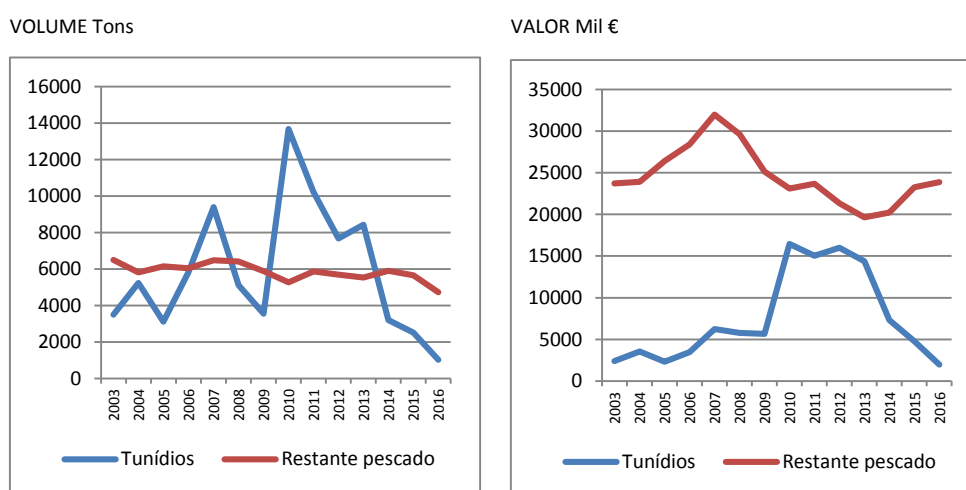
Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas.

7. PESCAS

Durante o ano de 2016, o volume de pescado descarregado nos portos totalizou 5,7 mil toneladas, voltando a representar um decréscimo em relao ao ano anterior. Esta variao de volume decorreu principalmente da espécie de tundeos, mas também foi condicionada pelo conjunto das outras espécies de pescado, que desceu significativamente abaixo do patamar definível à volta de 6 mil toneladas.

O conjunto destas espécies de pescado registou, todavia, uma valorizao média no mercado, que atingiu o valor de 4,5€/kg em 2016, face a 3,4€/kg no ano anterior. Esta evoluo no preço foi suficiente para o valor global da safra destas espécies ser superior ao do ano anterior, mesmo, e apesar da reduo de volume.

Pescado Descarregado nos Portos de Pesca



A valorizao através dos preços de mercado vem sendo observada nas diversas espécies, mesmo entre as que se situam em níveis mais baixos, como a do chicharro que em 2016 se situava a 2,1€/kg.

Espécies como de imperador, goraz e chicharro, com preços de venda superiores a 15€/kg tem-se destacado pelo contributo em termos do nível e evoluo média do valor nas principais espécies descarregadas. Outras espécies começam a evidenciar-se pela progressão de preços mais

recente, como a abrótea passando de um padrão de cerca de 3€/kg para um nível próximo de 5€/kg em apenas 3 anos.

Principais Espécies Descarregadas, 2016

	Toneladas	Mil Euros	Euro/Kg
Abrtea	142	700	4,9
Boca Negra	305	1 643	5,4
Cherne.....	101	1 506	14,9
Chicharro	603	1 252	2,1
Goraz	271	4 181	15,4
Imperador	29	570	19,4
Lula.....	105	799	7,6
Mero.....	41	346	8,3
Pargo	183	1 931	10,5
Peixo	244	2 069	8,5

Fonte: SREA.

A valorizao das principais espécies em termos de histórico de evoluo repercute-se em termos do nível atingido no contexto da economia portuguesa.

Este fenmeno  observável com os dados relativos ao ano de 2016, onde os Açores, com uma quota de volume de pescado de 4,6% no contexto do país, atingem a quota de 9,6% em termos de valor.

Principais Categorias de Espécies Descarregadas, 2016

	Açores		Portugal		Açores/Portugal (%)	
	Tons	Mil euros	Tons	Mil euros	Tons	Euros
Peixes marinhos	5 513	23 949	103 860	184 239	5,3	13,0
Crustáceos	49	710	812	12 816	6,0	5,5
Moluscos	178	1 219	19 368	70 875	0,9	1,7
gua doce e outros	7	3	223	1 559	3,1	0,2
Total.....	5 746	25 881	124 264	269 499	4,6	9,6

Fonte: INE.

Os dados sobre a frota mostram a existência de embarcaes dimensionadas para o tipo de fainas operacionais mais frequentes nos mares açorianos e capacitadas com níveis de potência significativos.

Mais concretamente, em 2016, as embarcaes com 8 640 unidades padrão de arqueao bruta, representando 11,3% no contexto do país, dispunham de uma potência de 44,2 mil kW, representando 15,5% do total do país.

Embarcaes, 2016

	Açores	Portugal	Açores / Portugal (%)
Número.....	577	4 075	14,2
Arqueao bruta	8 640	76 783	11,3
Potência (Kw).....	44 210	284 750	15,5

Fonte: INE.

Em 2016, o número de licenças por artes de pesca continua a evidenciar o predomínio na utilizao do anzol, que atingiu 1 506 autorizaes num total de 2 556.

Licenças por Arte de Pesca, 2016

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Anzol.....	1 506	10 588	14,2
Armadilhas	158	2 775	5,7
Arrasto.....	0	770	0,0
Cerco	152	351	43,3
Redes	740	6 110	12,1
Outras artes.....	0	463	0,2
Total	2 556	21 057	12,1

Fonte: INE.

O número de pescadores em 2016, num total de 2 805 inscritos junto das respetivas instituies marítimas, corresponde a cerca de 18% do conjunto do país.

A distribuição segundo os grandes espaços operacionais mostra uma maior incidência no espaço costeiro, mas também abrange significativamente o espaço local.

Pescadores, 2016

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Local.....	1 066	5 939	17,9
Costeiro	1 739	9 286	18,7
Largo.....	0	409	0,0
Total	2 805	15 634	17,9

Fonte: INE.

Em termos de desempenho da atividade laboral ao longo do ano de 2016, verificou-se uma restrição em 2 517 dias por incapacidade operacional e foram atingidos 57 pescadores por ferimentos.

Estes indicadores sobre sinistralidade e incapacidade operacional, quando se consideram as proporções dos meios materiais e humanos açorianos envolvidos no contexto do país, situam-se a um nível moderado de gravidade.

Sinistralidade e Dias de Incapacidade, 2016

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Mortos	0	5	0,0
Feridos.....	57	834	6,8
Dias de incapacidade.....	2 517	30 976	8,1

Fonte: INE.

8. ENERGIA

Eletricidade

O sistema electroprodutor regional gerou uma oferta de produção de 800,8 GWh durante o ano de 2016, incorporando um crescimento à taxa média anual de 1,2% que representa uma aceleração em relação ao crescimento no ano anterior e corresponderá a uma fase de recuperação de quebras de produção a partir de 2011.

Já a procura agregada dos consumos pelas famílias, empresas e entidades públicas correspondeu a um volume total de 732,1 GWh, incorporando um crescimento médio anual à taxa de 1,4%.

Assim, com o crescimento da procura superior ao da produção obteve-se uma redução de perdas nos processos de distribuição entre geração e consumo final de eletricidade.

Eletricidade – Balanço

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção	829,1	849,8	840,0	804,6	792,5	788,9	791,3	800,8
Perdas	72,4	71,2	69,2	73,3	72,8	70,5	69,6	68,7
Consumo	756,7	778,6	770,8	731,3	719,7	718,4	721,7	732,1

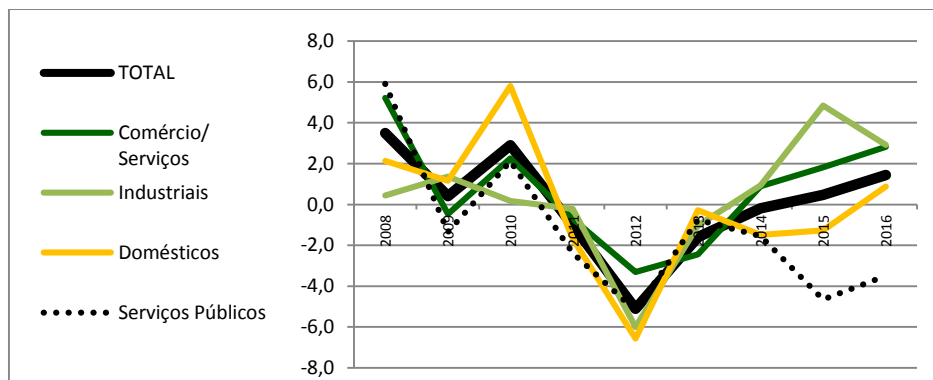
Fonte: EDA.

O crescimento da procura decorreu da evolução dos segmentos de consumidores mais representativos, mas também foi condicionado por mudanças na sua composição.

Os segmentos de comércio/serviços e de indústrias continuaram a registar crescimentos positivos e superiores à média, enquanto os segmentos de consumo doméstico e de serviços públicos registaram variações mais próximas da trajetória geral, e com efeitos reduzidos, mantendo-se a nível inferior a zero no caso dos serviços públicos.

Consumo de Eletricidade

(Taxa de variação, %)



Ao acréscimo de consumo correspondeu a oferta com eletricidade que abrangeu fontes de energia renovável, mas decorreu principalmente das centrais de tecnologia térmica.

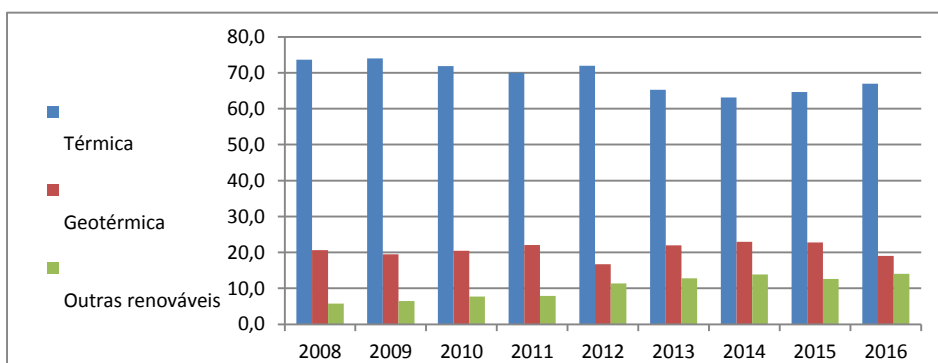
De facto a produção de eletricidade com origem térmica cresceu à taxa média anal de 3,9%, portanto superior ao crescimento do consumo geral, e atingiu um peso de 66,9% da produção total, enquanto no ano anterior se situara em 64,6%.

O contributo de fontes renováveis para o acréscimo de produção teve origem em fontes de energia hídrica e eólica, representando conjuntamente um peso de 12,9% da produção total em 2016, enquanto no ano anterior representara 11,6%.

A energia renovável com origem na geotermia continuou a debitar um volume de produção maior que as outras fontes renováveis em conjunto, mas registou um decréscimo de produção em relação ao ano anterior.

Produção de Eletricidade

(Estrutura %)



O crescimento de produo total de eletricidade e o respetivo recurso a fontes de energia térmica distribuiu-se pela generalidade das ilhas.

Já as fontes de energias renováveis apresentam contributos com distribuio mais variável e condicionada por fatores de ordem física. A opo por energia eólica é mais aplicável e funcional nalgumas ilhas, enquanto a energia hídrica se destaca particularmente nas Flores, onde 50,3% do total de produo teve origem através de energias renováveis.

O contributo máximo destas energias verifica-se em São Miguel representando 52,4% do total.

O crescimento do consumo distribuiu-se pela generalidade das ilhas, dependendo particularmente de acréscimos nos números de consumidores já que os padrões de consumos médios (MWh/n instalações) se mantiveram relativamente estáveis.

Distribuio por Ilhas - 2016

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produo total (GWh).....	21,3	430,1	198,1	14,2	28,8	45,8	48,7	11,3	1,7	800,3
Produo renovável (%)...	11,9	52,4	21,1	0,0	15,5	13,4	11,2	50,3	0,0	33,1
Consumidores (n de instalações)	3 791	62 931	27 185	3 242	5 787	9 647	8 036	2 441	279	123 339
Consumo médio (MWh / n instalações)	5,0	6,4	6,5	4,0	4,6	4,2	5,4	4,4	5,4	5,9

Fonte: EDA.

Balanço Energético

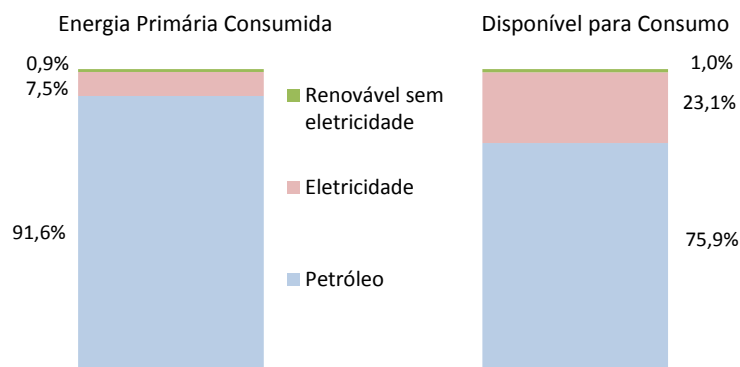
O volume total de energia primária nos Açores correspondeu a 340,5 mil teps durante o ano de 2015, segundo cálculos da Direo Geral de Energia e Geologia.

Os combustíveis fósseis (petróleo e derivados) têm perdido peso estrutural a favor de outras fontes de energias limpas, mas continuam a representar uma elevada quota de produo, mais concretamente e segundo os últimos dados 91,6%.

Por sua vez, as fontes de energia renováveis de eletricidade constituídas pela geotermia, eólicas e hidroelétricas formavam uma quota de 7,5% na mesma data. Por último, as fontes de energias renováveis sem eletricidade, como a solar, permanecem com um valor residual.

Passando a considerar o sistema electroprodutor verifica-se que, na energia já disponível para consumo final, a eletricidade passa a representar 23,1% do total, o petróleo e derivados 75,9% e outras formas 1%.

Balanço Energético – Oferta - 2015



O setor de transportes atingiu a quota de procura de 46,5% de energia disponível para consumo, recorrente em absoluto (100%) à fonte de petróleo e derivados.

Em segunda posição, com uma quota de 15,9%, o consumo doméstico reparte-se basicamente entre duas fontes, a de petróleo e a de eletricidade, respetivamente 43,9 e 49,7%. Outras formas, onde se inclui/destaca a solar, ocupam a quota complementar de 6,4%.

O setor de serviços apresenta uma quota de consumo final de 13,2% e evidencia-se por recorrer de forma predominante a energia de fonte elétrica, concretamente 82,5%.

Outros setores de diversas atividades de produção incluem alguma diversificação de fontes, mas as de petróleo são as mais representativas.

Balanço Energético – Procura - 2015

Consumo Final de Energia

Unidade: %

Quota de Procura	Sector	Distribuição por fontes			
		Petróleo	Eletricidade	Outras	Total Geral
46,5	Transportes.....	100,0	0,0	0,0	100,0
15,9	Doméstico.....	43,9	49,7	6,4	100,0
13,2	Serviços.....	17,5	82,5	0,0	100,0
11,1	Indústrias.....	70,8	29,2	1,0	100,0
3,5	Construção e O.P.....	85,9	14,1	0,0	100,0
7,4	Agricultura.....	94,4	5,6	0,1	100,0
2,4	Pescas.....	91,6	8,4	0,0	100,0
100,0	Total.....	75,9	23,1	1,0	100,0

Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia.

9. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

As trocas comerciais com o estrangeiro totalizaram cerca de 228 milhões de euros durante o ano de 2016.

Cabendo às exportações o valor de 84 milhões de euros e às importações o de 144 milhões de euros, o grau de cobertura das operações comerciais com o estrangeiro traduziu-se na taxa média anual de 58,6%.

Este nível de cobertura foi inferior ao do ano anterior e interrompeu a progressão que se vinha verificando nos últimos anos.

Comércio Internacional de Mercadorias

1 000 Euros

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Importaes.....	179 197	203 999	190 982	136 522	135 726	143 654
Exportaes	117 116	109 670	124 443	95 368	104 120	84 116
Total	296 314	313 668	315 426	231 890	235 984	227 770
Taxa de Cobertura (%)	65,4	53,8	65,2	69,9	76,7	58,6

Fonte: INE, Base de dados: definitivos até 2015 e provisórios para 2016.

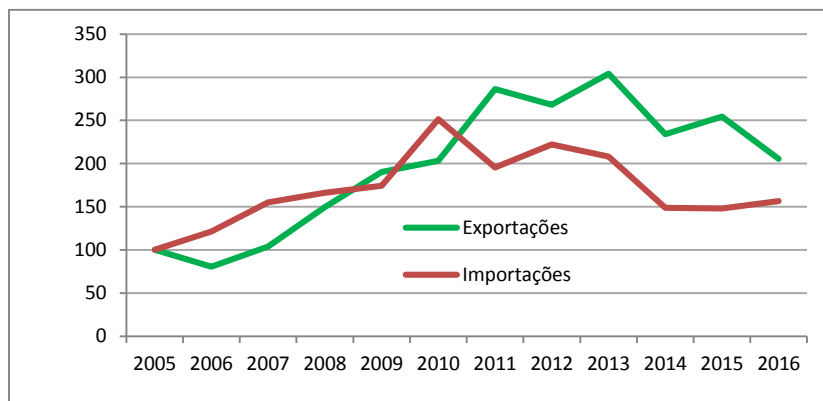
O comportamento do valor total das trocas com o estrangeiro decorreu basicamente através da variação (redução) das vendas a clientes residentes no estrangeiro, já que as compras registaram um valor muito próximo ao observado no ano anterior.

Este comportamento, contudo, traduziu-se mais em termos de efeito quantitativo imediato e restrito, do que de alteração significativa em perspetiva tendencial.

Observando-se as linhas de evolução nos últimos anos verifica-se que os dados relativos a 2016 ficam colocados em intervalos de variação compatíveis com as trajetórias iniciadas a partir de 2011.

Importações e Exportações a preços correntes

Índice base 2005=100

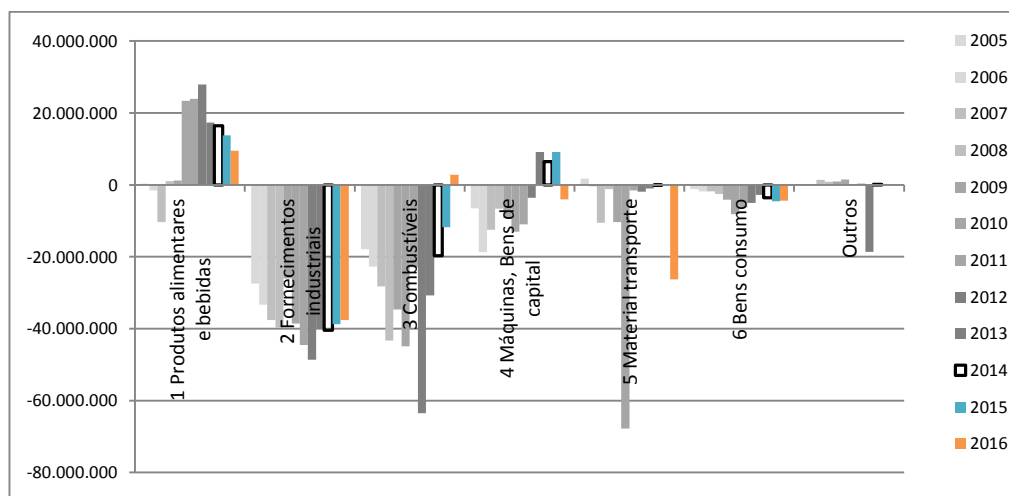


Observando as trocas segundo as grandes categorias de produtos e bens transacionáveis, verifica-se que os produtos alimentares e bebidas continuam a representar a componente mais significativa em termos de volume de operações comerciais e de geração de saldos positivos, confirmando a sua participação na base económica de exportação da economia regional.

Já os fornecimentos industriais correspondem mais a despesas e projetos de investimento em equipamentos e tecnologias, traduzindo-se em saldos deficitários na ordem de 40 milhões.

Os combustíveis representam a terceira grande componente de comércio internacional com funções de abastecimento regular de energia, mas registando variações significativa por efeitos de preços.

Comércio Internacional, saldos por grandes categorias

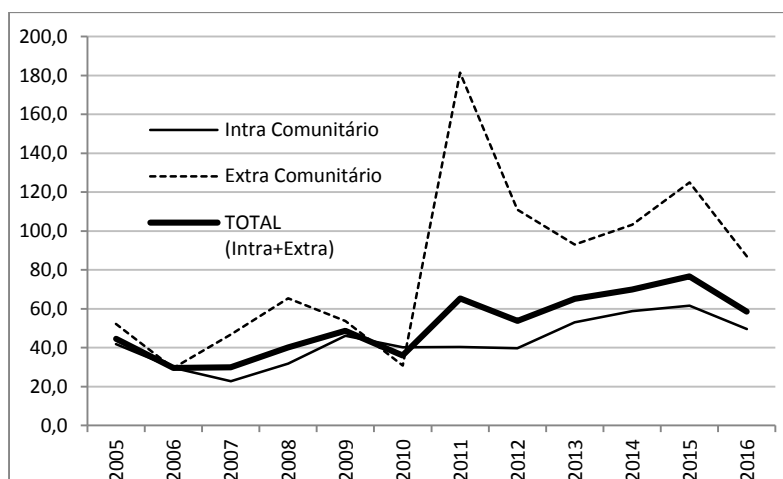


A reduo na taxa de cobertura das trocas com mercados em países estrangeiros foi observada em termos de comércio no espaço da União Europeia e, também, de trocas extracomunitárias, particularmente para países com núcleos de emigrao mais expressiva ou historicamente estabelecida e para os de língua oficial portuguesa.

As trocas no espaço da União Europeia, representando mais de 60% do total continuaram a caracterizar a dimensão e estrutura global.

Todavia, as trocas extracomunitárias voltaram a condicionar significativamente a evoluo geral através da intensidade de variao.

Taxas de cobertura, por grandes espaços



10. TURISMO

A atividade turística na hotelaria (tradicional mais unidades no espaço rural) atingiu uma procura total de 1,6 milhões de dormidas durante o ano de 2016, incorporando um crescimento médio anual à taxa de 20,9%.

Por outro lado, a capacidade da oferta hoteleira, estimada a partir do número de 10 218 camas disponíveis, traduz um crescimento de 6,5% no mesmo ano de 2016.

Desta forma, com um forte crescimento da procura em relação à respetiva oferta, atingiu-se a taxa de ocupação de 42,8%, que representa uma aceleração de crescimento em relação ao ano anterior e uma superação dos níveis máximos atingidos antes da crise de 2008.

Oferta e Procura na Hotelaria

Ano	Capacidade (1)			Dormidas			Taxa de Ocupação
	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Total	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Total	
2006	8 211	350	8 561	1 179 371	19 755	1 199 126	37,7
2007	8 153	609	8 762	1 184 375	19 679	1 204 054	37,5
2008	8 339	721	9 060	1 127 513	18 541	1 146 054	34,6
2009	8 566	820	9 384	1 004 804	20 603	1 025 407	30,1
2010	8 305	844	9 149	1 035 031	24 831	1 059 862	31,7
2011	8 465	822	9 287	1 033 525	23 049	1 056 574	30,9
2012	8 368	845	9 213	957 740	28 883	983 623	29,0
2013	8 267	943	9 210	1 054 112	36 639	1 090 751	32,1
2014	8 435	910	9 345	1 063 887	39 756	1 103 643	32,0
2015	8 687	905	9 592	1 272 430	46 790	1 319 220	37,0
2016	9 306	912	10218	1 543 595	51 361	1 594 956	42,8

(1) Média anual da oferta mensal de camas.

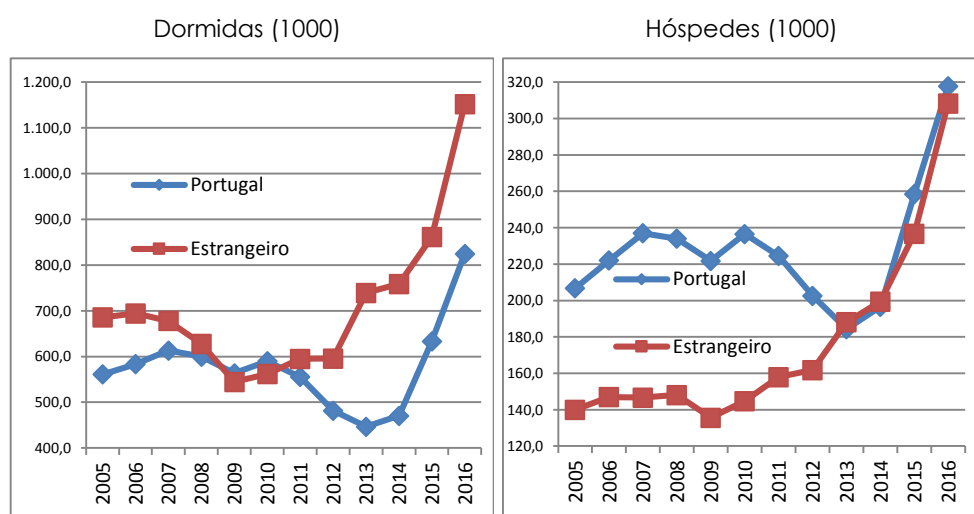
Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

O mercado de residentes em Portugal cresceu significativamente, atingindo o número de hóspedes um volume idêntico ao dos residentes no estrangeiro. Estes últimos, todavia, através de uma estada média maior, em cerca de

mais uma noite por entrada registada em cada estabelecimento hoteleiro, atingiram um volume de dormidas significativamente maior.

Efetivamente, para números de hóspedes idênticos, na ordem de 300 milhares, a permanência dos residentes em Portugal correspondeu a cerca de 800 milhares de dormidas, enquanto a dos residentes no estrangeiro ultrapassou o milhão de dormidas, concretamente atingiu 1 151,6 milhares.

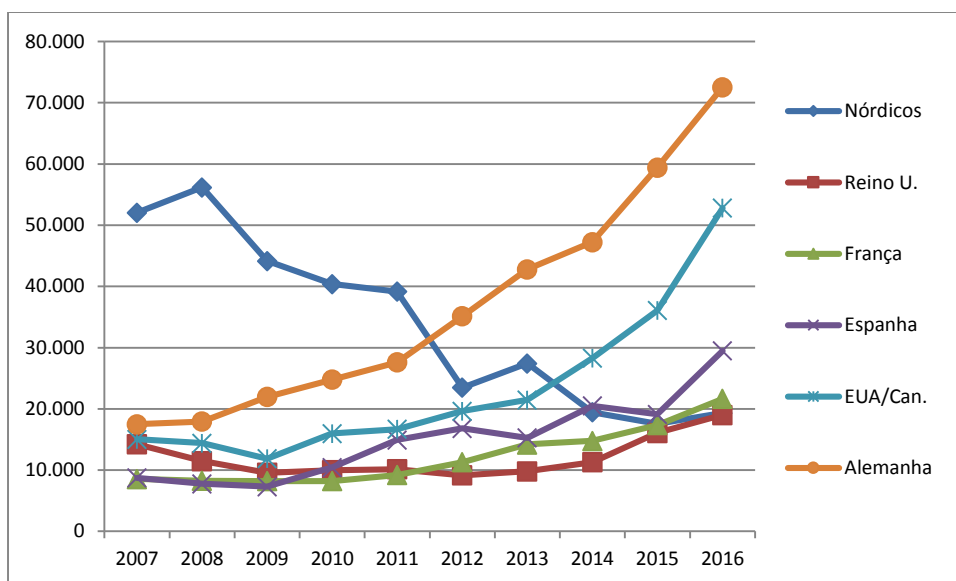
Procura – Principais Mercados
segundo a residência / nacionalidade



O crescimento no mercado de hóspedes estrangeiros decorreu das evoluções nos diversos países, sendo mais representativo nalguns casos, como o da Alemanha ou dos EUA/Canadá, ou então começando a destacar-se mais recentemente como o de Espanha.

O mercado formado pela agregação de países nórdicos, que vinha mostrando uma trajetória decrescente iniciada a partir de 2008, revela uma certa desaceleração/amortecimento, porventura indiciando a aproximação a uma fase de maior estabilização.

Hóspedes segundo mercados estrangeiros emissores

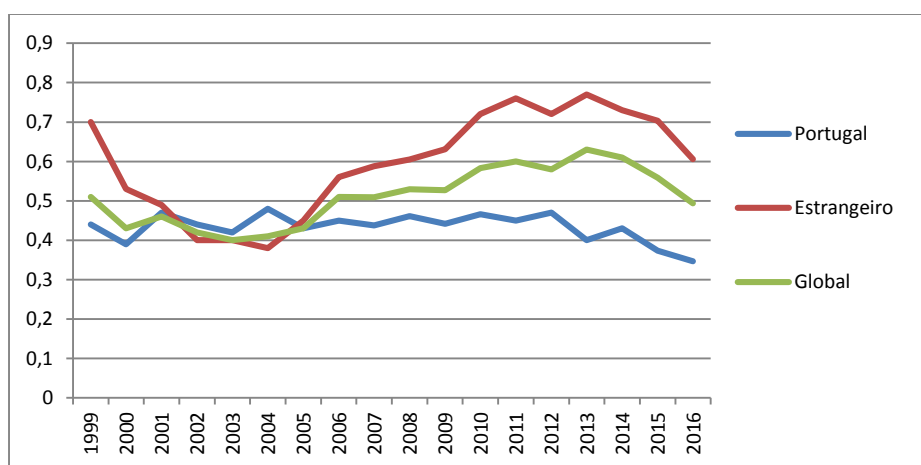


O crescimento total do turismo prosseguiu durante o ano de 2016, ao mesmo tempo que se distribuía mais pelos meses da época baixa, reduzindo-se a sazonalidade.

Este fenómeno começa a dar força à possibilidade de conjugar crescimento da procura com resultados económicos mais eficientes.

Esta possibilidade começou a revelar-se nos hóspedes com residência no estrangeiro por volta de 2012, abrangendo de seguida os hóspedes residentes em Portugal.

Evolução da Sazonalidade



Os indicadores estatísticos sobre a exploração das unidades hoteleiras prosseguiram em 2016 trajetórias de recuperação.

De facto, os dados relativos a receitas e despesas com pessoal de 2016 prosseguiram a fase de crescimento iniciada no ponto de inversão do ciclo por volta de 2012 e 2013 e ultrapassaram já com uma margem significativa os valores máximos que tinham sido registados antes da crise referenciada a 2008.

Exploração das unidades hoteleiras

Unidade: 1 000 euros

Anos	Receitas totais	Receitas de aposentos	Despesas com pessoal
2006	55 240,4	38 284,3	19 663,5
2007	56 115,1	39 320,7	18 957,3
2008	56 266,0	39 639,0	20 206,0
2009	50 578,2	36 621,5	20 349,1
2010	50 389,2	36 772,9	18 137,0
2011	48 242,9	35 104,9	19 028,8
2012	43 445,1	31 821,3	17 143,8
2013	46 450,0	34 321,7	16 684,7
2014*	46 215,6	34 294,1	17 258,7
2015*	55 997,4	41 844,8	19 994,8
2016*	72 563,7	53 507,8	23 742

* Neste ano não são incluídos dados sobre casas de hóspedes
 Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

Considerando agora elementos de síntese e estrutura no âmbito das unidades de hotelaria tradicional e de turismo em espaço rural é possível destacar algumas características mais evidentes em cada uma das duas formas de exploração turística.

Se as unidades de hotelaria tradicional se destacam pela capacidade de atrair mais clientes e de arrecadar mais proveitos para além dos de aposentos, já as unidades de turismo em espaço rural destacam-se pelos hóspedes que vêm de pontos mais distantes e viagens mais exigentes (de mercados estrangeiros) e, de alguma forma por efeito de compensação, hospedam-se por períodos mais extensos.

Dados de síntese e estruturas

Distribuio de variáveis em 2016, por tipologia e em percentagem

Variáveis	Hoteleria Tradicional	Turismo em Espaço Rural	Total
Estabelecimentos	56,5	43,5	100
Capacidade de alojamento	93,4	6,6	100
Pessoal ao serviço	95,4	4,6	100
Hóspedes	97,5	2,5	100
Dormidas (total)	96,8	3,2	100
Dormidas (resid. estrangeiro)	95,7	4,3	100
Dormidas (poca baixa *)	98,6	1,4	100
Proveitos totais	97,4	2,6	100
Proveitos de aposento	96,6	3,4	100
Despesas com pessoal	98,5	1,57	100

* Para efeitos de cálculo consideraram-se o 1.º e o 4.º trimestres.

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

11. TRANSPORTES

O volume total de tráfego nos transportes coletivos terrestres registou um ligeiro decréscimo durante o ano de 2016.

De facto, decréscimos nos transportes urbanos, quer em número de passageiros, quer nas distâncias percorridas pelos mesmos, implicaram decréscimos em termos globais, mas a taxas médias de variao inferiores a 1%.

Tráfego de Passageiros nos Transportes Coletivos Terrestres

Carreiras		1000 Passageiros.					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Interurbana	Passageiros	7 283	7 414	7 623	7 297	7 338	7 349
	Passageiros/km	82 029	81 468	85 460	79 838	81 293	81 561
Urbana	Passageiros	998	1 355	1 478	1 429	1 379	1 325
	Passageiros/km	6 143	8 362	9 082	8 349	7 934	7 564

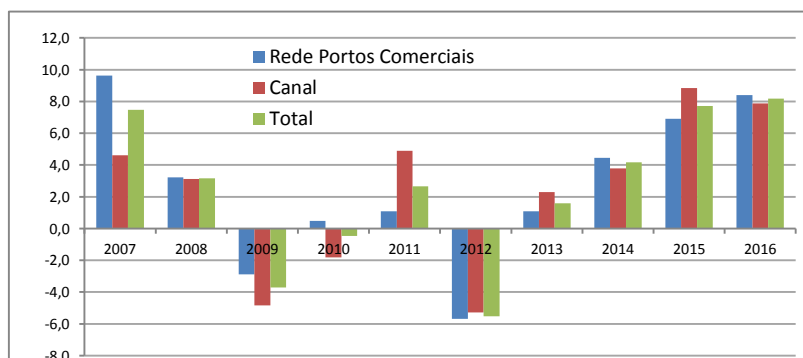
Fonte: SREA.

Nos portos, o tráfego de passageiros atingiu em 2016 um volume de 1,9 milhões de movimentos de embarque mais desembarque, continuando a passar pelas infraestruturas do canal Horta-Madalena cerca de 42% do tráfego total.

A intensidade de crescimento também durante o ano de 2016, manteve-se à volta de taxas medias de 8%.

Movimento de Passageiros nos Portos Comerciais

Taxas médias de variao anuais



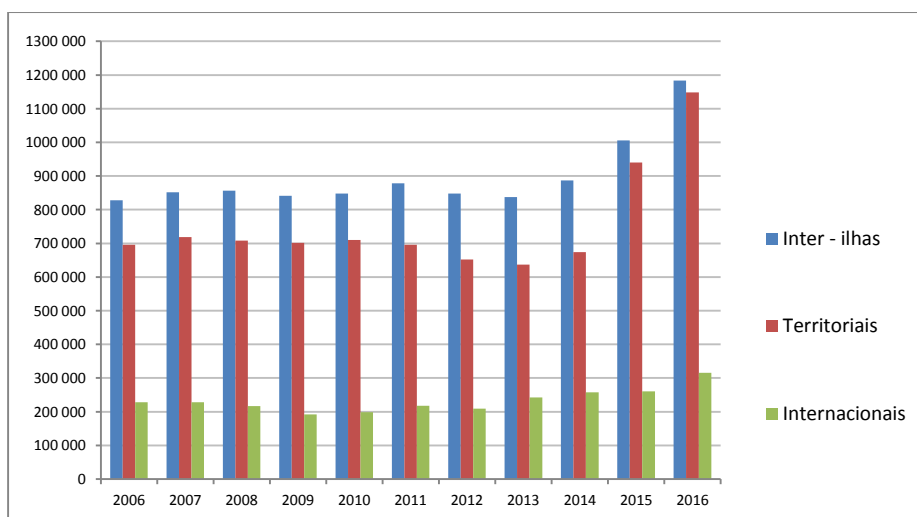
O Volume de embarques mais desembarques de passageiros nos aeroportos atingiu o total de 2,6 milhões de movimentos durante o ano de 2016, representando um crescimento à taxa média de 20,0% em relação ao ano anterior.

Para esta evolução contribuíram os diversos tipos de tráfego. Todavia, assinala-se um certo paralelismo dos tráfegos com origens e destinos no exterior do arquipélago face à evolução do tráfego inter-ilhas.

De facto, os tráfegos territorial e internacional cresceram a taxas médias anuais de 22,2% e 321,1%, respetivamente, enquanto o tráfego inter-ilhas cresceu 17,7%.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

Passageiros Embarcados + Desembarcados



As cargas movimentadas nos portos comerciais atingiram o volume total de 2 336,3 mil toneladas durante o ano de 2016, incorporando uma taxa média de crescimento anual de 9,2%, que representa uma aceleração em relação ao ano anterior.

Já as cargas movimentadas nos aeroportos registaram também um acréscimo em 2016, mas situando-se à sua escala que decorre de um volume de 8,9 mil toneladas.

Cargas Movimentadas

1 000 Ton.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aeroportos...	9,7	8,6	7,9	8,3	2 131,2	8,9
Portos	2 846,1	2 317,6	2 168,8	2 084,0	2 129,9	2 327,4
Total.....	2 855,8	2 326,2	2 176,7	2 092,3	2 139,8	2 336,3

Fonte: SREA.

As vendas de automóveis novos totalizaram o número de 4 093 veículos durante o ano de 2016.

A componente mais expressiva e, também, a que registou um crescimento mais expressivo foi a de automóveis ligeiros de passageiros.

Automóveis Novos Vendidos, por Tipo e por Ano

Unid.: N

	2011	2010	2013	2014	2015	2016
Total.....	3 305	1 967	2 113	2 410	3 095	4 093
Automóveis Ligeiros	2 553	1 614	1 768	2 003	2 558	3 387
Passageiros.....	2 547	1 608	1 758	2 001	2 554	3 384
Mistos.....	6	6	10	2	4	3
Automóveis Comercias..	752	353	345	407	537	706

Fonte: SREA, Séries Estatísticas e Boletim Trimestral de Estatística.

12. EDUCAO

No ano letivo de 2015/16, a procura nas escolas de ensino oficial e particular da Região Autónoma dos Açores traduziu-se num total de 47 600 matrículas. Este volume representa um decréscimo em relao ao ano anterior, envolvendo a componente mais expressiva de matrículas no ensino regular e, também, o agregado complementar de outras modalidades de ensino.

O decréscimo no ensino regular prossegue na linha de tendência de reduoes com origem demográfica que começaram a observar-se no 1.º ciclo e que se foram generalizando de forma encadeada nos ciclos subsequentes.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade

Ensino Oficial e Particular

Unid.: N.º

Anos Letivos	Ensino Regular						Outras modalidades de ensino						TOTAL
	Creche	Jl	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Ensino Recorrente	Programa Oportunidade	PROFIJ	Ensino Profissional	Outros	PEREE	
2013/14	1.353	7.600	12.067	6.228	8.613	5.698	297	2.149	1.478	3.132		486	49.101
2014/15	1.468	7.539	11.811	6.053	8.276	5.456	272	1.217	1.472	3.547	768	760	48.639
2015/16	1.641	7.341	11.477	5.737	8.146	5.335	241	661	1.506	3.531	982	1.002	47.600

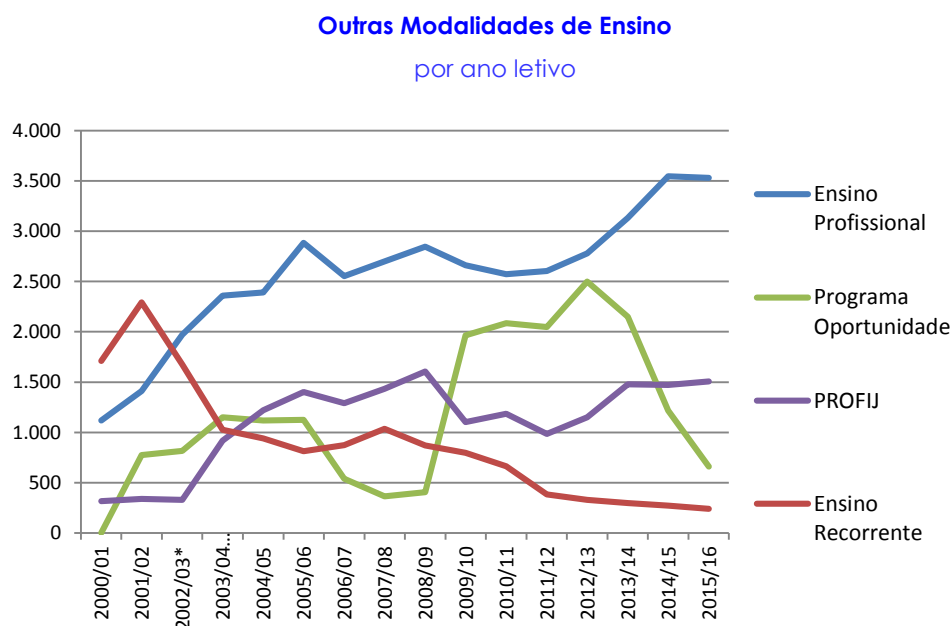
Fonte: Direo Regional da Educao.

O decréscimo no agregado das outras modalidades de ensino resulta de diferenças de variao mais recentes e, também, associadas a fases de desenvolvimento de diversos programas.

O grupo mais representativo daquelas modalidades de ensino, o do ensino profissional, vinha a destacar-se por acréscimos anuais inserveis numa tendência global positiva, mas em 2015/16 situou-se ao nível do ano anterior, registando mesmo um número absoluto de matrículas ligeiramente menor.

O segundo grupo mais representativo, o do PROFIJ, registou no mesmo período um certo acréscimo, mas sem dimensão suficiente para compensar reduções nos outros grupos.

Já o grupo do ensino recorrente registou um total de apenas 241 matrículas, continuando a caminhar para uma situação residual.



As taxas de escolarização segundo as idades dos alunos matriculados atingem o limite dos 100% no núcleo central formado pelos grupos etários do primeiro, segundo e terceiro ciclos.

Já os outros grupos etários, basicamente o da creche ou, então, o do secundário, evidenciam-se pela progressão que vêm registando.

Neste âmbito de alargamento da escolarização em termos de matrículas no ensino formal, assinala-se a progressão associável ao secundário e à respetiva obrigatoriedade, com incidência particular nos alunos com 15, 16 e 17 anos.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Letivos

Ensino Oficial e Particular

IDADES	%							
	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
3 anos.....	59,5	65,7	64,4	65,6	68,1	66,8	66,9	70,4
4 anos.....	86,2	88,5	88,7	89,2	91,0	90,2	92,5	88,3
5 anos.....	97,4	98,6	97,5	97,2	100,0	100,0	100,0	100,0
6 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
7 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
8 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
9 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 anos...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
11 anos...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
12 anos...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
13 anos...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 anos...	100,0	100,0	100,0	100,0	99,5	99,0	100,0	100,0
15 anos...	99,5	100,0	100,0	97,8	95,5	99,9	99,5	98,3
16 anos...	91,9	90,3	92,8	92,4	92,9	97,2	100,0	96,8
17 anos...	72,1	78,0	78,5	79,6	81,3	93,5	95,4	95,1
18 anos...	41,3	44,7	46,9	48,8	49,3	51,6	56,5	56,2
19 anos...	25,3	26,0	24,9	26,7	27,7	28,4	28,5	29,9

Fonte: Direção Regional da Educação.

Observando os dados sobre aproveitamento escolar, através de taxas de transição ou de conclusão de ano de escolaridade por ciclo, verifica-se que os resultados:

- atingiram níveis mais elevados e com acréscimos em relação ao ano letivo anterior no caso dos ciclos de escolaridade até ao 9º ano;
- no 12º situaram-se em 67,3%, descendo ligeiramente em relação a ano anterior, mas mantendo-se ao nível médio observado nos últimos tempos, isto é, próximos mas sem atingir a barreira de 70%.

Aproveitamento Escolar, por Ano de Escolaridade (a)**Taxas de Transio ou de Conclusão**

Ensino Oficial e Particular – Currículo Regular

Ano de Escolaridade	%					
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
4º	87,0	81,9	80,8	86,9	87,5	91,9
6º	87,9	83,6	80,1	80,6	86,7	90,2
9º	83,3	77,8	72,1	76,9	81,5	85,9
12º	60,2	57,7	60,6	60,4	69,2	67,3

a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário.

Fonte: Direo Regional da Educao - Estatísticas da Educao.

A oferta do sistema de ensino oficial correspondeu no ano letivo de 2015/16 a 40 unidades orgnicas, 176 edifcios escolares, 2 943 espaços escolares (salas, laboratrios, ginsios, etc.) e 4 852 professores.

A distribuio destes dados por ilha decorre de fatores relativos  dimensão da procura escolar (nº de alunos) e  localizao territorial em funo de acessibilidades.

As unidades orgnicas vm assegurando a estrutura base de enquadramento dos meios e recursos escolares. Efetivamente, verificam-se ajustamentos em termos de equipamentos e, principalmente, de reforo/valorizao através do pessoal docente.

Distribuio por ilhas

Ensino Oficial – 2014/2015

	Unid.: Nº									
	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	AÇORES
Unidades orgânicas...	1	21	7	1	3	3	2	1	1	40
Edifícios Escolares.....	6	90	35	5	9	16	11	3	1	176
Espaços Escolares*.....	77	1 568	710	72	113	168	165	58	12	2.943
Pessoal docente.....	138	2 827	993	83	184	284	242	79	22	4.852

* Dados ainda relativos ao ano anterior.

Fonte: Direo Regional de Educao.

13. DESPORTO

O número total de 23 337 atletas inscritos em 2016 nas associaes desportivas traduz um aumento à taxa média de 1,6% em relao ao ano anterior.

Este aumento de praticantes beneficiou do acompanhamento e enquadramento desportivo através da evoluo significativa e proporcionalmente mais intensa do número de técnicos e de árbitros ou juízes.

Já o acréscimo do número total de equipas, a par da estabilizao e/ou mesmo reduo do número de dirigentes e clubes, corresponderá à evoluo de modalidades que, mesmo sendo coletivas, se baseiam em equipas estruturadas em conjuntos mais reduzidos de elementos praticantes.

Evoluo desportiva

Unid.: N

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Atletas	21 844	23 261	23 802	23 619	23 112	23 001	23 337
Técnicos	1 078	1 124	1 116	1 065	979	1 031	1 060
rbitros ou Juízes	1 067	1 049	1 028	1 043	918	1 038	1 223
Dirigentes ou Outros Agentes.....	1 529	1 731	1 816	1 778	1 800	1 860	1 813
Clubes ou Entidades ^(a)	383	404	462	396	394	396	392
Equipas ou Grupos Praticantes.....	1 229	1 184	1 226	1 243	1 221	1 144	1 251

a) Somatório obtido a partir das diversas modalidades implica dupla contagem, já que há algumas modalidades praticadas num mesmo clube.

Fonte: Direo Regional do Desporto.

Por exemplo, o futsal voltou a destacar-se pela progressão que vem fazendo em termos gerais e, particularmente, em relao ao futebol de onze. O crescimento do número de atletas de futsal (2,2%) maior do que o do futebol de onze (0,1%) implicou um novo aumento da sua representatividade.

Outras modalidades como basquetebol, voleibol e judo também aumentaram as respetivas representatividades.

Além da intensidade de crescimento e do nível de representatividade já atingido, a regularidade também desempenha uma condio assinalável na evoluo da prática desportiva, evidenciando-se o ciclismo com acréscimos durante a última década sem qualquer interrupo.

Indicadores – época de 2016

Unid.: N°

Modalidades	Atletas	Técnicos	Árbitros/ Juizes	Dirigentes / outros agentes	Clubes/ Enti- dades a)	Equipas/ Grupos/ Prati- cantes	N° jogos/ provas locais	N° Part. provas régionais	N° Part. provas na- cionais	Dura- ção da Época	Conc.	
Andebol	688	28	36	50	9	45	247	289	144	6	6	
Atletismo	1.310	49	128	76	30	61	893	464	199	8	10	
Automobilismo	265	0	143	0	b)							
Badminton	421	10	10	5	8	23	193	0	19	7	6	
Basquetebol	1.663	81	103	61	24	122	628	279	391	8	7	
Canoagem	169	13	8	17	9	3	163	91	7	7	7	
Ciclismo	534	27	19	97	20	15	443	117	133	10	5	
Columbofilia	35	0	4	19	2	2	0	24	0	5	2	
Dança Desportiva	188	7	2	2	7	2	119	0	70	8	2	
Equitação	223	5	10	2	4	5	177	61	11	4	4	
Esgrima	37	1	0	0	1	1	0	109	14	9	1	
Futebol de 11	4.721	277	146	743	53	225	2.901	577	298	9	17	
Futsal	2.494	140	114	354	51	164	1.889	508	210	9	15	
Ginástica Aeróbica	191	6	6	0	2	15	60	170	75	6	2	
Ginástica Rítmica	68	4	3	4	1	5	27	19	7	6	1	
Golfe	461	4	1	16	2	40	139	316	89	11	2	
Hóquei em Patins	248	16	23	35	4	24	107	125	87	6	3	
Jetski	36	4	0	1	3	1	35	48	13	6	3	
Judo	1.114	42	63	38	12	57	190	193	199	7	8	
Karaté	857	48	87	19	21	17	378	210	116	9	14	
Kickboxing/Full-Contact	276	14	14	12	7	9	27	104	37	5	5	
Motociclismo	60	0	0	0	3	4	12	21	13	5	3	
Natação	765	32	45	5	11	70	210	535	72	9	8	
Parapente	35	0	0	0	b)							
Patinagem Artística	403	14	66	3	8	24	171	68	47	10	3	
Patinagem Velocidade	303	6	38	3	5	0	193	71	46	9	5	
Pesca Desportiva	29	0	0	1	2	b)						
Pesca Desportiva Alto Mar	16	0	0	4	1	1	2	0	24	2	1	
Surf	96	3	6	9	8	1	15	197	20	9	3	
Ténis	700	17	3	29	10	46	70	300	89	6	7	
Ténis de Mesa	877	43	45	67	16	56	796	122	344	7	9	
Tiro com Armas de Caça	76	0	0	0	5	5	72	39	3	10	5	
Tiro com Arco	14	1	1	37	1	0	32	0	2	11	1	
Tiro de Precisão	223	11	19		4	18	160	119	51	10	4	
Triatlo	2	0	0	0	b)							
Vela	493	22	7	7	11	26	91	202	50	5	5	
Voleibol	3.078	123	67	86	30	159	2.189	756	284	7	14	
Xadrez	208	12	6	10	7	5	15	145	39	6	5	
TOTAL	23.377	1.060	1.223	1.813	392	1.251	12.632	6.258	3.190			

a) O total não corresponde ao somatório da coluna mas sim ao total de clubes existentes, já que muitos desenvolvem mais de uma modalidade.

b) As Associações (ou clubes) das modalidades em causa não têm a obrigatoriedade de nos enviar o registo da atividade local regional ou nacional por não terem celebrado qualquer contrato-programa com a DRD.

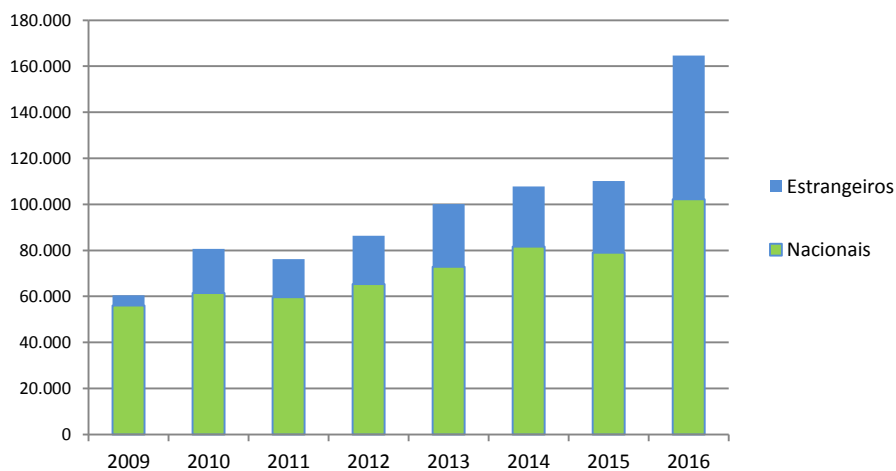
Fonte: Direção Regional do Desporto.

14. CULTURA

O volume de visitantes que procurou a rede de museus da Região Autónoma dos Açores atingiu o total de 164,6 milhares de entradas durante o ano de 2016, correspondendo a uma posio que se destaca pelo grau de crescimento evidenciado face  linha de tendência do seu histórico.

Este acréscimo inclui uma forte componente de entradas por residentes nacionais, mas beneficiou de um avanço mais significativo por parte de residentes no estrangeiro, não são em termos proporcionais como de dimensão absoluta.

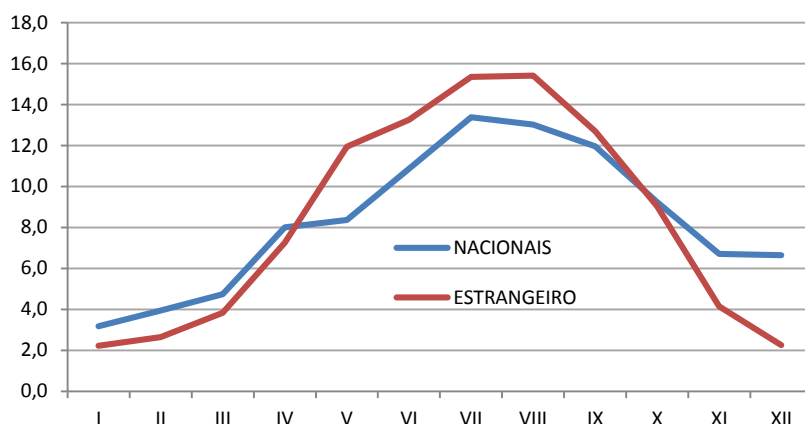
Visitantes aos museus,
Segundo a nacionalidade



A distribuio intra-anual de entradas configura um perfil de sazonalidade com maior preponderância de procura desde os meses de maio a setembro.

Esta preponderância regista um ndice de concentrao proporcionalmente maior por parte de visitantes com residência no estrangeiro.

Distribuição mensal de visitantes em 2016



As solicitações de consultas por parte de utilizadores das bibliotecas públicas e dos arquivos regionais somaram um total de 97,2 milhares durante o ano de 2015, incidindo sobre um total de 79,9 milhares de documentos.

Sendo assim, deduz-se que cerca de 17 milhares de solicitações se destinaram a repetir a consulta de documentos.

Bibliotecas e arquivos públicos regionais - 2016

Utilizadores e documentos consultados

Unid.: N°

Organismo	Utilizadores	Documentos
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	38 983	34 963
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada	50 520	30 196
Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça – Horta..	7 741	14 732
Total	97 244	79 891

Fonte: DRC

Durante o ano de 2016 mantiveram-se as agremiações e grupos culturais com finalidades de execução musical (filarmónicas) e, também de dança (folclore), respetivamente 102 e 65 unidades.

No caso da representação cénica (teatro) os 14 grupos revelam uma menor densidade e dispersão territorial pelas ilhas.

Agremiações e grupos culturais

Unid.: Nº

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Filarmónicas.....	1	36	24	4	14	13	8	1	1	102
Grupos de Folclore.....	2	25	19	1	2	9	6	1	0	65
Grupos de Teatro.....	0	4	6	1	0	0	2	1	0	14

Fonte: DRC.

15. SAÚDE

As consultas realizadas durante o ano de 2016 atingiram um volume total de cerca de 790 mil unidades, incorporando um crescimento de 9,2% em relação ao ano anterior. Esta variação anual é inserível na linha de tendência de crescimento observável empiricamente há mais de uma década.

Já o crescimento de urgências de 3,2%, no mesmo período, integra-se num contexto de variações mais moderadas e, principalmente, de flutuações que oscilam à volta de um valor médio próximo de um patamar de 350 mil unidades.

Nos centros de saúde registaram-se acréscimos superiores aos dos hospitais durante o ano de 2016, quer no número de consultas, quer no número de urgências.

Todavia, nos hospitais manteve-se um volume relativamente mais expressivo nos atendimentos urgentes, observando-se situação inversa na marcação de consultas.

Desta forma confirma-se a prioridade de atendimento a situações mais agudas e de urgência nos hospitais, desenvolvendo-se serviços e atos médicos de maior proximidade e acessibilidade nos centros de saúde.

Consultas e Urgências

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Consultas	584 328	605 909	616 186	642 519	724 289	789 878
Centros de Saúde*	321 717	334 749	308 883	332 051	402 085	444 953
Hospitais.....	262 611	271 160	307 303	310468	322 204	344 925
Urgências.....	382 688	340 160	341 461	331 454	338 053	347 548
Centros de Saúde..	232 218	187 811	163 783	152 808	146 285	150 459
Hospitais.....	150 470	152 349	177 678	178 646	191 768	197 089

* Inclui consultas no Centro de Oncologia.

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Os serviços de internamento de doentes para tratamento nos hospitais e nos centros de saúde registaram uma procura de cerca de 28 milhares de entradas, que implicaram a permanência em cerca de 180 mil dias durante o ano de 2016. Estes totais anuais representam crescimentos moderados em relação ao anterior, mantendo-se o perfil de equilíbrio então existente, que se traduz numa demora média de 6,5 dias por doente.

Por sua vez a oferta de internamento, traduzida no total de 863 camas de lotação dos serviços de saúde, registou um crescimento comparável ao da procura, implicando um nível de utilização também idêntico ao do ano anterior, com uma taxa de ocupação na casa de 57%.

Internamento

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Doentes	29 309	28 682	29 225	27 889	27 361	27 708
Dias	206 293	201 916	198 153	191 303	176 529	180 121
Lotação	987	994	975	964	848	863
Demora média (dias) ..	7,0	7,0	6,8	6,9	6,5	6,5
Taxa de ocupação (%)	57,3	55,7	55,7	54,4	57,0	57,2

Fonte: Direção Regional de Saúde.

Os meios complementares de diagnóstico atingiram um total de 4,1 milhões de unidades em 2016, incorporando um acréscimo em relação ao ano anterior e inserindo-se numa trajetória que tem mantido uma certa regularidade na sua tendência de evolução.

Esta evolução tem decorrido através de práticas executadas nos hospitais em geral, enquanto nos centros de saúde até se vêm registando decréscimos nos anos mais recentes.

Os meios complementares de terapêutica, por sua vez, revelam volumes com variações e intensidade de execução mais moderadas, mas evidenciam-se os praticados nos centros de saúde por manterem uma frequência significativa na utilização deste tipo de meios de tratamento.

Meios Complementares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Diagnóstico ...	3 966 681	3 711 937	3 762 416	3 773 193	3 869 283	4 125 880
Terapêutica ...	802 399	897 054	791 096	904 648	1 336 586	1 210 832*
Total	4 796 970	4 642 822	4 582 633	4 677 841	5 205 869	5 336 712

* Dados parciais. Não estão incluídas todas as unidades de saúde.

Fonte: Direção Regional de Saúde.

O sistema regional de saúde comportou um total de 4 989 profissionais em 2016, representando um crescimento à taxa média de 4,7% em relação ao ano anterior.

O crescimento do volume de pessoal nos serviços de saúde tem proporcionado e correspondido à evolução dos respetivos quadros, seja em termos de dimensão, seja de composição interna.

O grupo profissional de enfermeiros registou o acréscimo mais intenso em 2016, atingindo uma taxa média anual de 6,7% e, assim, reforçando a estruturação de quadros de pessoal em termos de especialidades e valências de ordem técnica.

Pessoal

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Médicos	515	531	565	580	574	599
Enfermeiros	1 403	1 459	1 449	1 459	1 448	1 545
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	295	306	308	315	325	323
Outro pessoal	2 347	2 367	2 347	2 354	2 417	2 522
Total	4 560	4 663	4 669	4 708	4 764	4 989

As valências oferecidas no âmbito do Serviço Regional de Saúde estruturaram-se a partir das respetivas unidades orgânicas e desenvolvem-se em função de progressos de tecnologias e de condições de implantação/operacionalidade territorial.

Serviços de medicina de atendimento mais próximo, como por exemplo consultas e urgências, encontram-se, simultaneamente, mais acessíveis socialmente e dispersos territorialmente.

Cuidados de saúde mais associados a medicina curativa e com recurso a operações mais exigentes em termos de tecnologias e intensidade de capital investido, nomeadamente implicando internamento de doentes para tratamentos de especialidade, decorrem de forma mais frequente nas ilhas onde se localizam as instalações de unidades de saúde mais equipadas em termos de capacidade das valências oferecidas.

Distribuição por ilhas 2016

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Consultas	19 064	424 438	168 175	19 769	24 942	36 265	80 514	14 418	2 293	789 878
Urgências.....	8 281	178 101	82 895	5 783	19 622	26 151	21 343	5 302	70	347 548
Doentes.....	484	16 662	5 819	186	711	458	3 087	301	0	27 708
Lotação	18	403	219	17	32	41	116	17	0	863
Diagnósticos.	84 556	2 240 732	984 812	77 558	103 562	208 958	383 241	42 069	392	4 125 880
Médicos	5	335	162	5	7	16	66	2	1	599

Fonte: Direção Regional de Saúde.

16. SEGURANÇA SOCIAL

As receitas de segurança social no montante de 226,3 milhões de euros, durante o ano de 2016, representam um decréscimo à taxa média de 4,1%.

Já o total de despesas de 220,5 milhões de euros representa um acréscimo no mesmo ano, correspondendo à taxa média de 3,1%.

Desta forma reduziu-se o saldo geral, que se cifrou em 5,8 milhões de euros em 2016, enquanto no ano anterior tinha atingido 22,2 milhões de euros. A redução deste saldo decorreu de forma significativa de rubricas exteriores aos regimes contributivos, já que o saldo destes de 98,8 milhões de euros representa, em relação ao do ano anterior, uma variação menor que a consolidada no geral.

Receitas e Despesas Correntes

1 000 Euros

	2013	2014	2015	2016
Receitas	225 725	228 707	235 920	226 273
Contribuições	208 558	211 306	219 244	212 042
Rendimentos.....	1 356	1 428	1 086	980
Outras	15 811	15 973	15 590	13 251
Despesas.....	210 453	218 031	213 739	220 462
Prestações dos regimes* ..	119 019	118 218	110 105	114 282
Ação Social	63 412	64 013	64 353	64 717
Administração e outras	28 022	35 800	39 281	41 463
Saldo (Receitas – Despesas).	15 272	10 676	22 181	5 811
Saldo (Contrib. –Prestaç.)	89 539	93 089	109 139	97 759

* Conforme nova Lei de Bases.

Fonte: CGFSS.

As despesas com as prestações dos regimes vinham decrescendo como consequência da redução do volume de desemprego e dos respetivos encargos.

Todavia, apesar de despesas afetas a situações de desemprego ter continuado a diminuir, o total de despesas com prestações dos regimes aumentou e atingiu 114,3 milhões de euros.

Este acréscimo decorre fundamentalmente de despesas maiores na rubrica RSI – Rendimento Social de Inserção e na de Proteção Familiar.

Despesas – Prestações dos Regimes

1 000 Euros

	2013	2014	2015	2016
Rendimento Social de Inserção.....	17 316	16 694	17 168	20 649
Subsídio Social de Desemprego/provisório/majoração	9 000	9 650	9 121	9 007
COMPAMID *.....	1 138	762	845	563
Regime Não Contributivo	2 081	1 691	1 567	1 825
Regime Transitório dos Rurais.....	0	0	0	0
Regime Especial de Seg. Social das Ati. Agrícolas	971	884	767	685
Subsídio Social na Maternidade	1 192	1 158	1 159	1 141
Proteção Familiar	25 235	26 929	27 145	28 694
Prestações Sociais	2 004	2 169	2 117	2 068
Repartição - Regime Geral (Desemprego)	59 633	58 064	50 029	49 536
Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional.....	449	216	188	115
TOTAL.....	119 019	118 218	110 105	114 282

* Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (DLR n.º4/2008/A, de 26 de Fevereiro).

Fonte: CGFSS.

O número de pensionistas da Segurança Social em 2016 atingiu o total de 49 830 pessoas inscritas, incorporando um crescimento à taxa média anual de 0,1%.

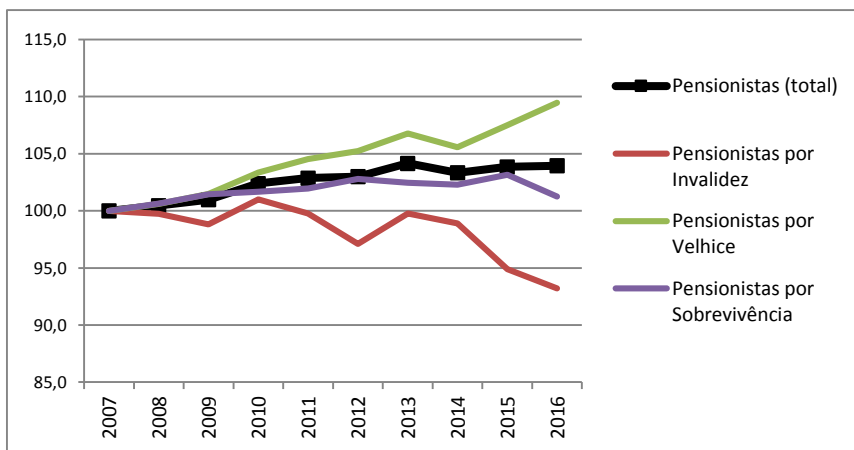
Este crescimento decorreu do número de pensionistas por velhice, tendo as outras categorias, a de sobrevivência e a de invalidez, registado variações negativas.

O número de pensionistas por invalidez situou-se em 2016 num ponto com aproximação à trajetória decrescente que se vem registando nos últimos anos.

Já número de pensionistas por sobrevivência registou um afastamento em relação ao seu próprio histórico de evolução moderada, mas positiva.

Pensionistas da Segurança Social

(Índice base 2007)



Em 2016, as Despesas de Ação Social voltaram a situar-se ao nível das executadas nos dois anos anteriores, isto é, num valor nominal de 64,7 milhões de euros. Fenómeno idêntico ocorreu com as suas 4 grandes categorias/rubricas.

Por exemplo, as duas mais expressivas e que apesar de tudo registaram alguma variação anual em termos nominais, mantiveram pesos estruturais idênticos. Mais concretamente, as despesas de Infância e Juventude e as de Família e Comunidade, cresceram respetivamente e em termos nominais à taxa média de 0,5% e de 1,7%, mas não alteraram a representatividade que já ocupavam, de 47% e 23% do total, também respetivamente.

Despesas – Ação Social

1 000 Euros

	2013	2014	2015	2016
Infância e Juventude	28 563	30 314	29 996	30 158
Família e Comunidade	17 272	15 045	14 526	14 766
Invalidez e Reabilitação	4 729	5 514	6 034	6 074
Terceira Idade	12 848	13 141	13 797	13 719
Total	63 412	64 014	64 353	64 717

Fonte: CGFSS.

17. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Os dados sobre tecnologias de informação e de comunicação na Região Autónoma dos Açores fornecem indicações sobre acessibilidade a equipamentos e respetivas utilizações.

Em 2016, mais de 70% dos agregados domésticos açorianos estão associados a tecnologias da sociedade de informação. Com esta indicação obtém-se uma ideia do nível atingido em termos de grau de cobertura atual.

Entretanto, uma perceção da fase de crescimento/expansão destas tecnologias pode ser vista pela comparação com dados de apenas alguns anos atrás, quando o nível de cobertura atingia apenas cerca de 50%, ou ainda menos, dos agregados domésticos.

Evolução de Tecnologias de Informação e de Comunicação nos Agregados Domésticos - RAA

Unidade: %

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Posse de computador ...	51,6	56,0	61,2	64,8	67,3	67,5	71,5	75,5	79,9
Ligação à Internet	41,1	46,7	54,0	59,6	64,1	66,3	70,0	75,9	79,9
Banda Larga.....	38,7	45,5	51,1	59,2	63,5	66,1	69,0	74,8	79,5
Utilização de computador.....	39,9	42,7	48,7	52,4	60,6	64,4	68,0	72,1	71,4
Utilização de Internet	35,5	36,8	44,6	50,3	58,5	63,1	67,0	71,0	71,4

Fonte: INE. / SREA.

Analisando mais em pormenor os dados fornecidos pelo inquérito aos agregados domésticos, verifica-se que os indicadores sobre posse, ligação à internet e banda larga situam-se num patamar superior ao dos indicadores de utilização, correspondendo o primeiro a cerca de 78% e o segundo a 71%.

Entretanto, assinala-se que o próprio nível de utilização de 71% compara a 70% do país no seu conjunto.

**Distribuio por Regiões, em 2016, de TICs
nos Agregados Domésticos**

Unidade: %

	Posse de computador	Ligao à Internet	Banda Larga	Utilizao de computador	Utilizao de Internet
Portugal.....	74,1	74,1	73,0	70,4	70,4
Norte.....	71,5	71,5	70,3	65,2	65,2
Centro	69,6	69,6	67,9	65,9	65,9
Lisboa	82,4	82,4	81,9	81,8	81,8
Alentejo.....	63,1	63,1	62,0	66,3	66,3
Algarve.....	72,8	72,8	71,4	71,4	71,4
R. A. Açores	79,9	79,9	79,5	71,4	71,4
R. A. Madeira	78,8	78,8	78,2	71,4	71,4

Fonte: INE.

Os dados do inquerito no quadro anterior mostram a utilizao de computador por 71,4% dos agregados domésticos açorianos, valor comparável ao de 71% no quadro abaixo, mas relativo às pessoas individualmente e com idades compreendidas entre 16 e 74 anos.

Destas pessoas, 25% utilizam a internet para fazer operaes de comércio eletrnico e de serviços com a administrao pública.

**Distribuio por Regiões, em 2016, de TICs
pelas Pessoas entre 16 e 74 anos**

Unidade: %

	Internet	Comércio eletrnico	Administrao Pública
Portugal.....	70	23	29
Norte.....	65	19	23
Centro	66	22	27
Lisboa	82	31	42
Alentejo	66	21	26
Algarve	71	23	26
R. A. Açores	71	25	25
R. A. Madeira	71	23	26

Fonte: INE.